

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

DARLAN MATHEUS GOULART DE OLIVEIRA

**DO TERRITÓRIO À MULTITERRITORIALIDADE NA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA: A RELAÇÃO DO CAMPUS CARREIROS DA FURG
COM O SEU ENTORNO NOS PROJETOS DO CAIC**

Rio Grande – RS, 2022

Darlan Matheus Goulart de Oliveira

**DO TERRITÓRIO À MULTITERRITORIALIDADE NA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA: A RELAÇÃO DO CAMPUS CARREIROS DA FURG
COM O SEU ENTORNO NOS PROJETOS DO CAIC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Professor Cristiano Quaresma de Paula

Rio Grande– RS, agosto de 2022

Darlan Matheus Goulart de Oliveira

**DO TERRITÓRIO À MULTITERRITORIALIDADE NA EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA: A RELAÇÃO DO CAMPUS CARREIROS DA FURG
COM O SEU ENTORNO NOS PROJETOS DO CAIC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula
ICHI - Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Ms. André Lemes
Diretoria de Extensão - Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Dr. Leonardo Dorneles Gonçalves
Instituto de Educação (IE) - Universidade Federal do Rio Grande

Agradecimentos

Quero iniciar dizendo que em alguns momentos dessa trajetória acreditei que não chegaria nesse determinado momento, escrevendo meus agradecimentos. Fico feliz de ter conseguido construir essa pesquisa que, por mais difícil que tenha sido o caminho, me proporcionou muitos aprendizados e momentos inesquecíveis. Obviamente, sem o apoio de muitas pessoas, eu não teria concluído esse trabalho.

Quero agradecer, inicialmente, a dona Rosimara de Andrade Goulart, minha mãe. Desde que me conheço por gente ela me apoiou e continua apoiando em todas as escolhas que tomei na minha vida. Apensar de todas as dificuldades impostas pela existência, você sempre me incentivou a estudar e a seguir meus sonhos. Serei eternamente grato por isso, mãe.

Quero agradecer, também, a minha companheira e minha melhor amiga, que me aturou em todos os momentos de crise e surtos nesse percurso. Sem você Giulia Câmara Caldas, não tenho dúvidas de que passar por essa trajetória seria muito mais difícil. Obrigado por todos os momentos de apoio, conforto e carinho.

Agradeço ao meu irmão mais velho, Danrlei Goulart, que me deu de presente um óculos novo em um grande momento de crise financeira. Sem tua ajuda, possivelmente eu não conseguira ler nenhum livro devido ao meu problema de miopia e astigmatismo. Obrigado, irmão!

Agradeço aos meus melhores amigos, minha segunda família que me apoiou em muitos momentos de solidão e incertezas. Marlon Soares, Luan Muller, Gustavo Moreira, Laura Moraes e Daniel Souza. Obrigado por terem se deslocado incontáveis vezes da região metropolitana para Rio Grande e me ouvir reclamar do fardo que é cursar uma universidade pública sendo um jovem-adulto trabalhador. O suporte de vocês foi essencial para que eu concluísse essa trajetória, não tenho dúvidas disso.

Agradeço, também, um grande amigo que tive o privilégio de conhecer nesses anos de graduação. Leonardo Greque, os momentos com você na faculdade tornaram-a muito mais leve. Muito obrigado!

Um grande agradecimento muito especial ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula. Professor, obrigado por toda a compreensão nessa trajetória, por todas as trocas e conversas. Eu aprendi muito contigo e não tenho dúvidas de que sem o seu suporte, esse trabalho não seria o mesmo. Muito obrigado!

RESUMO

A presente pesquisa propôs-se a estudar a relação universidade-comunidade, pensando na construção da multiterritorialidade levando em consideração o Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e os bairros que se localizam em seu entorno. O território é constituído de interações sociais que ocorrem por meio de atores sintagmáticos. Esses atores carregam sintagmas do seu próprio território de origem e ao deslocar-se para outros territórios, territorializam esses sintagmas, construindo a ideia de um território múltiplo. O objetivo dessa pesquisa é entender as relações da FURG com seu entorno em projetos de pesquisa, ensino e especialmente a extensão, além de identificar estratégias que devem ser tomadas para ampliar a presença da universidade na comunidade e da comunidade na universidade. Para compreender essa relação universidade-comunidade, utilizou-se três autores principais que possibilitaram essa discussão, sendo esses: o sociólogo Boaventura Santos (1999), o geógrafo Claude Raffestin (1993) e o geógrafo Rogério Haesbaert (2016). Essa pesquisa classifica-se como quali-quantitativa, uma vez que investiga mudanças nas relações e fenômenos sociais, abordando um dado momento, utilizando, também, bases secundárias para análise dos dados, além de fazer uso de entrevistas semiestruturadas. Num primeiro momento, pode-se observar que do tripé que sustenta a universidade pública, o ensino, a pesquisa e a extensão, as ações extensionistas são as que mais dialogam com os bairros do entorno da FURG, ponte para a construção da relação universidade-comunidade. Nessa lógica, destacaram-se seis projetos de extensão da FURG que apresentaram maior potencial para atender algumas demandas das comunidades do entorno. No estudo de caso também foram destacados três projetos de extensão feitos no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) que possibilitam a construção da multiterritorialidade, sendo esses: Acreditar e Investir, CAICFERIA e Repensando a Prática Pedagógica.

Palavras-chave: Universidade-comunidade. Território. Extensão. Multiterritorialidade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICATIVA	3
1.2 OBJETIVOS	6
1.3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	6
2 POLÍTICA UNIVERSITÁRIA: DO ÂMBITO NACIONAL À FURG	10
2.1 POLÍTICA UNIVERSITÁRIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	10
2.2 PANORAMA DA FURG COM SEU ENTORNO NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	17
3 EXTENSÃO NO ENTORNO DA UNIVERSIDADE	21
3.1 RELAÇÃO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE	22
3.2 CONTEXTUALIZAÇÕES DAS PRINCIPAIS DEMANDAS DO ENTORNO À FURG	25
3.3 PROJETOS DE EXTENSÃO DA FURG NO ENTORNO	30
4. AÇÕES EXTENSIONISTAS E A MULTITERRITORIALIDADE.....	35
4.1 DO TERRITÓRIO À MULTITERRITORIALIDADE	35
4.2 EXTENSÃO NO CAIC: UM NOVO PARADIGMA PARA O TERRITÓRIO?	40
5 CONCLUSÕES.....	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

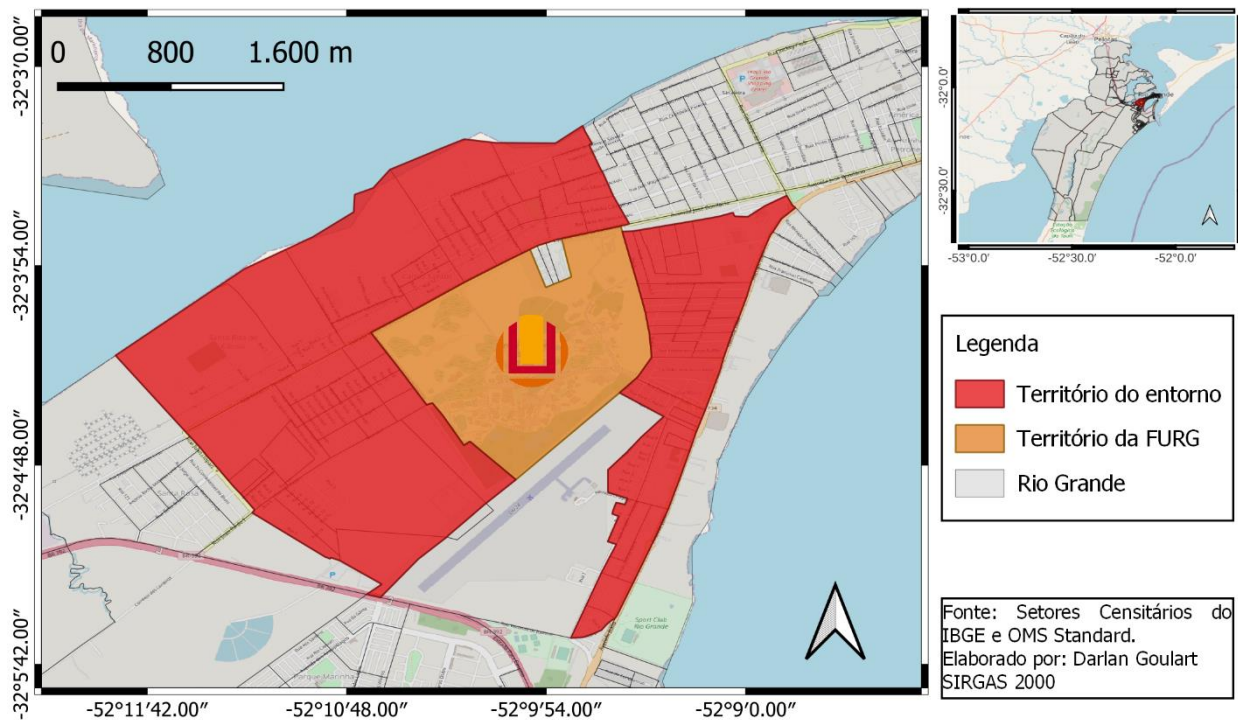
Compreender as relações sociais no mundo contemporâneo é importante uma vez que é através dessas interações que o eixo social permanece constante. Nesse sentido, o presente trabalho pretende discutir as relações sociais que tangem a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em relação aos bairros que constituem o entorno do Campus Carreiros. Desse modo, para compreender essa dinâmica social (universidade-Comunidade) optou-se por partir do tripé que forma a base das universidades públicas brasileiras: o ensino, a pesquisa e a extensão. Não obstante, — na perspectiva de quem vos fala — o trabalho enfatizará a atuação da universidade em projetos de extensão, especialmente os realizados no âmbito do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC).

Com o transcorrer do tempo, nas últimas décadas, ocorreram alguns processos que permitiram a democratização em relação ao acesso nas universidades públicas, através Sistema de Seleção Unificada (SISU), e do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Ao ingressar na FURG pude notar que poucos dos meus colegas eram dos bairros do entorno da universidade, e, através de alguns diálogos com moradores desses locais, pode-se perceber, também, que pouco sabiam acerca da Universidade. Posto isso, através das percepções *a priori* e *a posteriori* nota-se que pensar o território da Universidade Federal do Rio Grande na relação estabelecida com o seu entorno em ensino, pesquisa e extensão é essencial, conforme demonstram os dados analisados nessa pesquisa. A dinâmica Universidade na comunidade e a comunidade na Universidade é real e ocorre todos os dias. Dessa forma, cabe a nós compreendê-la e, se possível, desempenhar um papel social que faça a diferença para as comunidades do entorno.

Com a finalidade de responder essas premissas, a presente pesquisa propôs-se a estudar as relações da FURG com seu entorno em projetos de pesquisa, ensino e extensão; e identificar estratégias que devem ser tomadas para ampliar a presença da Universidade na comunidade e da comunidade na Universidade. Além disso, propomos a sumarizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela FURG nos bairros do entorno (figura 1). Especialmente buscou-se compreender estratégias de extensão como forma de potencializar a relação universidade-comunidade, e avaliar a relação da FURG com a comunidade do entorno a partir de um estudo de caso.

Figura 1 - Mapa de localização dos bairros do entorno da FURG



Fonte: Autor (2022).

No município de Rio Grande, existem duas extremidades que possuem mais visibilidade por parte das intuições de regem a cidade: o Centro e o Cassino. No entanto, a FURG não se encontra em nenhum desses espaços, e sim no intermédio dessas duas localidades do município. Além disso, habitando o entorno do território FURG, levando em consideração a Figura 1, a noroeste, separados pela rua Roberto Socoowski, localizam-se os bairros Vila Recreio, o bairro Carlos Santos, Vila Nossa Senhora de Fátima, Santa Rita de Cassia e Profilurb I.

Levando em consideração que a entrada principal da Universidade possui acesso pela Avenida Itália, a oeste, localiza-se os bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Cidade de Águeda. Acessando a rua que desemborca na entrada principal da Universidade, a rua Padre Nilo Gollo, a norte, ficam localizados os bairros Vila São Jorge, Vila Maria José e Vila Marluz. Todos os bairros que serão abordados nessa pesquisa.

No que tange o referencial teórico, optou-se por utilizar três autores centrais para compreender a relação universidade-comunidade, o conceito de território, territorialidade, territorialização e multiterritorialidade, sendo esses, Boaventura Santos (1999), Raffestin (1993) e Rogério Haesbaert (2016). No Capítulo dois "*POLÍTICA*

UNIVERSITÁRIA: DO ÂMBITO NACIONAL À FURG”, dialogou-se com diversos com diversos autores, com a finalidade de entender a política de ensino, pesquisa e extensão, da escala macro (Brasil) a micro (Rio Grande).

No capítulo três, “*EXTENSÃO NO ENTORNO DA UNIVERSIDADE*” dialogamos com Boaventura Santos para entender a relação universidade-comunidade. A partir dessa análise, contextualiza-se as demandas do entorno em diálogo com o autor e com entrevistas semiestruturadas feitas com sujeitos das comunidades do entorno. No capítulo quatro, “*AÇÕES EXTENSIONISTAS E A MULTITERRITORIALIDADE*”, é apresentando uma discussão acerca do território e da multiterritorialidade, em diálogo com Raffestin e Haesbaert. A partir dessa discussão, analisa-se os projetos de extensão feitos pelo CAIC e a construção de um novo paradigma territorial. No que se refere ao arcabouço metodológico do presente trabalho, sua construção deu-se da seguinte forma. Num primeiro momento fez-se uma pesquisa exploratória investigando como a FURG dialoga com a comunidade através do ensino, da pesquisa e da extensão. Posteriormente, percebeu-se que a extensão era — dessa tríade — a que mais dialogava com a comunidade. Nessa perspectiva, após a análise desses dados, optou-se por estudar o (CAIC), localizado contíguo ao Campus Carreiros. E, por fim, decidiu-se fazer um estudo de caso acerca da extensão no CAIC em relação à comunidade visto que a instituição contempla o entorno da FURG com diversos projetos.

1.1 JUSTIFICATIVA

Durante minha trajetória acadêmica na Universidade, morei na Casa do Estudante Universitário (CEU) que fica localizada no Parque Universitário, na rua Padre Nilo Gollo, 145. Na minha visão a Universidade, com toda sua estrutura e potência, está delimitada por muro cinza que divide todo aquele arcabouço que abriga o conhecimento, da comunidade ao lado. Às vezes, quando possível, esbarrava com algum morador da Vila Maria na mercearia Rosa Mística ou esperando o ônibus.

A maioria desses indivíduos não estudavam na Universidade, não sabiam que a Instituição era pública e gratuita e/ou não se interessavam por ela. *A priori*, essas conversas casuais refletiam uma percepção que tive logo que ingressei na FURG: poucos colegas de graduação eram de Rio Grande e tão pouco dos bairros que circundam a Universidade.

À vista disso, primeiramente, acredito ser necessário expressar a importância dessa pesquisa na minha formação como professor de Geografia. Pensar o entorno da Universidade e compreendê-lo permite, em certa instância, ampliar o olhar em relação às pessoas que vivem nesse território. Como futuro professor, presumo que de fato, o corpo docente de qualquer instituição pública deveria conhecer o entorno da escola em que atua. Compreender a vivência, as necessidades e o espaço em que seus alunos vivem possibilita um olhar profundo sobre essas distintas realidades.

Acredito que essa pesquisa possibilitará esse entendimento, tornando-me um profissional mais humano. Precisamos compreender que nem todos os alunos possuem as mesmas condições, sejam financeiras ou emocionais. Nesse sentido, cabe ao professor entender essas necessidades, tratando-os de acordo com suas realidades. Todavia, sem compreender o entorno, essa premissa torna-se, basicamente, inviável. Posto isso, refletir sobre essa questão é necessária uma vez que a importância da universidade pública para sociedade é inquestionável. A constituição de espaços do saber, que abordam diferentes características e historicidades potencializam o ato do pensar. A universidade pública, com a plena acepção do termo, é aquela que pertence a todos e, por extensão, deve ter como objetivo máximo cumprir premissas republicanas e democráticas.

Nessa perspectiva, foi no ano de 1971 que a FURG recebeu da Prefeitura Municipal uma área de 250 hectares para a implantação do Campus Carreiros. O Campus foi planejado no intuito de proporcionar um ambiente que valorizasse a interação entre as pessoas, onde o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como cultura e inovação, caminhassem juntos. Esse espaço propiciou proximidade com a natureza durante o cotidiano universitário. Sua infraestrutura conta com mais de cem salas de aula, diversos laboratórios, restaurantes universitários, casas do estudante, centro de convivência e biblioteca central, além de todas as unidades administrativas e de apoio, como posto de saúde, atendimento psicológico e etc. Tudo isso, com o objetivo de garantir infraestrutura adequada e segurança às atividades dos estudantes, servidores e da comunidade que frequenta o campus.

Com o transcorrer do tempo, além das construções que contemplam o Campus, ao redor, dividindo o mesmo território, construiu-se os bairros que circundam a universidade — esses, citados anteriormente. Por esse motivo, acredita-se que a premissa questionada nessa pesquisa é de tamanha importância para a Geografia. O território é um dos conceitos da Geografia e seu entendimento é necessário para uma

melhor compreensão das relações que ocorrem nele. Nessa perspectiva, compreender o impacto da universidade na comunidade e da comunidade na universidade é essencial para entender o papel da FURG em relação a esses bairros segregados. Com efeito, de acordo com Haesbaert (2016, p. 78), “o território[...]define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico que está inserido”.

Assim, para compreender essas relações sociais, torna-se fundamental entender a relação da Instituição com seu entorno uma vez que, de acordo com os dados analisados nessa pesquisa, a Universidade não conhece a origem de seus alunos (ainda mais os que se encontram no entorno). No que tange a pesquisa, identificar os projetos que abarcam o entorno da Universidade é importante uma vez que, a falta de pesquisa em relação a essa temática demonstra como a universidade e seus integrantes enxergam o entorno da FURG. Também, é importante destacar que através da pesquisa, poder-se-á compreender as demandas do entorno. É fundamental ressaltar que a FURG poderia estar localizada em qualquer setor do território rio-grandino, todavia, a universidade encontra-se ao lado de diversas periferias urbanas. Posto isso, compreende-se que a universidade possui um papel em relação a essa troca (comunidade/universidade).

Não obstante, sumarizar/listar os projetos de extensão realizados nos bairros do entorno torna-se essencial na medida em que esses dados poderão contribuir na curricularização da extensão na Universidade. Também, acredita-se que através dos projetos de extensão poder-se-á estabelecer um diálogo com o entorno da Universidade. Dessa forma, por intermédio desses diálogos, levando em consideração que os bairros do entorno possuem características sociais e econômicas específicas, tornar-se-ia papel da universidade, em certa medida, auxiliar na mitigação dessas problemáticas.

Posto isso, através das percepções *a priori* e *a posteriori*, percebe-se que pensar o território da Universidade Federal do Rio Grande na relação estabelecida com seu entorno em ensino, pesquisa e extensão é essencial, conforme demonstram os dados analisados nessa pesquisa. A dinâmica Universidade na comunidade e a comunidade na Universidade é real e ocorre todos os dias. Dessa forma, cabe a nós compreendê-la e, se possível, desempenhar um papel social que faça a diferença para as comunidades do entorno.

Destarte, considero que essa pesquisa possibilitará, como futuro professor e geógrafo, construir uma geografia mais humana, uma Geografia que não contemple as

pessoas apenas como números estatísticos. A Geografia que eu acredito é a dos segregados e excluídos, é meu papel como estudante de escola pública retribuir a oportunidade que a sociedade me deu, lutando para transformá-la. Nesse sentido, é meu dever usar todo o conhecimento adquirido durante esses longos anos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Eu acredito nessa Geografia e é meu dever lutar para construí-la.

Posto isso, em síntese, o presente trabalho propõe-se a responder a seguinte questão: podemos afirmar que a FURG apresenta relação com o seu entorno a partir de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão? Quais as estratégias que devem ser adotadas para ampliar a presença da Universidade na comunidade e da comunidade na Universidade?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Estudar as relações da FURG com seu entorno em projetos de pesquisa, ensino e **especialmente a extensão**; e identificar estratégias que devem ser tomadas para ampliar a presença da Universidade na comunidade e da comunidade na Universidade.

1.2.2 Objetivos específicos

1.2.2.a Sumarizar atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela FURG nos bairros do entorno;

1.2.2.b Compreender estratégias de extensão como formas de potencializar a relação universidade-comunidade;

1.2.2.c Avaliar a relação da FURG com a comunidade do entorno a partir de um estudo de caso.

1.3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

1.3.1 Análise de ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo o entorno do Campus Carreiros da FURG.

Com a finalidade de sumarizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela FURG nos bairros do entorno, a primeira abordagem que se utilizou foi quali-quantitativa, visto que “a definição de uma pesquisa com abordagem quantitativa ou qualitativa não é uma escolha pessoal e de empatia do pesquisador, e sim uma decisão tomada a partir das perguntas colocadas na pesquisa (LIMA, 2016, p. 12).

Nesse sentido, com a finalidade de responder o objetivo específico “Sumarizar atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela FURG nos bairros do entorno”, em relação ao ensino, solicitou-se a cooperação da Coordenação de Registro Acadêmico – CRA no fornecimento de dados relativos às matrículas de estudantes na FURG nos períodos de 2010 a 2020.

Desse modo, interessava-nos saber dessa coordenação o número de alunos matriculados na FURG, total e de nascidos em Rio Grande, número de alunos matriculados na FURG residentes nos bairros supracitados, ainda em relação a esses bairros solicitou-se a cidade de nascimento, tipo de ingresso (ampla concorrência ou PROAE), cor/raça, sexo, idade e curso. Também se solicitou o número de formados, por curso, nos referidos bairros no período de 2010-2020. Todavia o CRA não teve condições de oferecer essas informações, o que reforçou o nosso pressuposto de que a universidade não possui total conhecimento da origem de seus estudantes, especialmente daqueles que estão no entorno.

Em relação à pesquisa, buscou-se trabalhos que abordassem os bairros que circundam a universidade no Sistema de Administração de Bibliotecas (ARGO), no Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) e no Repositório da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Assim sendo, levando em consideração que "a pesquisa quantitativa tem como principal característica a unicidade da forma de coleta e tratamento dos dados" (LIMA, 2016. p. 16), e que " é crucial para a pesquisa quantitativa é que tais unidades sejam comparáveis" (LIMA, 2016. p. 16), a abordagem acerca do ensino caracteriza-se como quantitativa, uma vez que se utilizou os mesmos filtros nos distintos bancos de dados, com a finalidade de compará-los, afim de compreender como a FURG enxerga o entorno através da pesquisa, quantificando os trabalhos produzidos na instituição.

Em relação à extensão, num primeiro momento, fez-se uma análise documental. Solicitou-se para a Diretoria de Extensão (DIEX) o número de projetos e programas de extensão da FURG, por ano. À vista disso, recebeu-se o Anuário Estatístico de 2019, 2020 e 2021, referentes, respectivamente, aos anos de 2018, 2019 e 2020, no entanto, esse documento não possuía os projetos nos referidos anos. Na análise desses documentos, considerou-se a quantidade de projetos, por ano, que abrangiam o entorno da universidade. Nesse sentido, a abordagem utilizada em relação à extensão caracteriza-se tanto como qualitativa quanto quantitativa. Caracteriza-se como qualitativa, uma vez que investiga mudanças no andamento dos fenômenos sociais além

de investigar o arranjo das relações sociais num dado momento (ALONSO, 2016), e quantitativa pois utilizou-se uma base secundária para análise de dados,

as fontes secundários de pesquisa são mais utilizadas nas pesquisas quantitativas [...] podem-se considerar como fontes secundárias registros estatísticos, fontes documentais pessoais e documentos de comunicação em massa coletados para os mais diversos fins e que podem ser utilizados como fonte de pesquisa quantitativa (LIMA, 2016, p. 17).

Nessa base secundária, além dos registros estatísticos, procurou-se no site “<http://sigproj.ufrj.br>” os projetos de extensão que contemplavam o entorno da universidade. Ainda em relação ao link, entrou-se no menu "consultas", selecionou-se a instituição FURG e posteriormente filtrou-se os projetos. Todavia, utilizando os diversos filtros dispostos no site obtiveram-se 1703 projetos de 2010 a 2017, destes foram analisados os (327) projetos registrados em 2017. É válido salientar que as análises desses projetos serão feitas estabelecendo os mesmos critérios anteriores.

1.3.2 Entrevista semiestruturadas com a comunidade

No que se refere ao objetivo específico “compreender estratégias de extensão como formas de potencializar a relação universidade-comunidade”, essa etapa da metodologia caracteriza-se como qualitativa. As análises qualitativas, como dito anteriormente, costumam ser utilizadas para investigar os fenômenos sociais e o arranjo das relações sociais num dado momento. Nesse ponto de vista, entender a relação universidade-comunidade e todos os processos sociais que abarcam essa dinâmica é essencial para compreender as estratégias de extensão e, conseqüentemente, potencializar a relação da Universidade com a Comunidade. "Assim, um conjunto de técnicas qualitativas serve mais para entender a ordem social, outro mais para investigar a mudança social" (ALONSO, 2016, p. 19).

Para compreender essa relação, como método qualitativo de análise, optou-se por utilizar-se entrevistas semiestruturadas. De acordo com Manzini,

a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (1990/1991, p.154).

Foram aplicadas oito entrevistas com estudantes com sujeitos que já estudaram ou estudam na FURG, como único critério, residir nos bairros que estão sendo

abordados nessa pesquisa. Pretendeu-se, portanto, através das entrevistas semiestruturadas, também, compreender estratégias de extensão como possibilidade.

O roteiro da entrevista consistiu nas seguintes perguntas: 1) Hoje você é um/uma estudante universitário/a, os seus pais e seus avós também tiveram a mesma oportunidade de se formar no ensino técnico ou superior? 2) Em algum momento da sua vida você precisou trabalhar e estudar ao mesmo tempo? 3) Como foi o processo de término dos estudos da educação básica e preparação para o ENEM? 4) Quantas pessoas você conhece que cursam faculdade no seu bairro? Conhece alguém que gostaria muito, mas não consegue? Se sim, na tua perspectiva, o que as impede? 5) Na sua perspectiva, a população pobre da cidade tem mais dificuldade de ingressar no ensino superior? Por quê? 6) Qual é a sua avaliação acerca do saneamento básico do seu bairro? Depois de ingressar na universidade sua percepção acerca dessas condições mudou? 7) Tomando como base o seu bairro, você percebe um investimento público distinto em relação a outros bairros do Município de Rio Grande? Por exemplo o Cassino, o Jardim do Sol, Centro, etc; 8) Em relação aos bairros do Município de Rio Grande, você percebe um investimento público distinto em questão de infraestrutura em relação ao bairro em que resides, comparando-o ao Jardim do Sol ou Cassino, por exemplo (bairros com as rendas mais elevadas no Município)? 9) Na sua perspectiva, como você acha que seria possível vencer as desigualdades no Município de Rio Grande? Qual o papel da FURG nesse contexto de superação das desigualdades? 10) Antes de ingressar na universidade, você considerava que esse era um espaço que todos poderiam acessar, inclusive os moradores do seu bairro? 11) Qual é o papel da FURG em Rio Grande?

1.3.3 Estudo de caso - CAIC

Por fim, em relação ao objetivo específico “avaliar a relação da FURG com a comunidade do entorno a partir de um estudo de caso”, foi feita uma análise qualitativa no contexto do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), levando em consideração os projetos de extensão que ocorrem na entidade, como base fundamental para a relação da comunidade com a universidade. Para compreender o desenvolvimento de projetos de extensão por meio do CAIC, em um primeiro momento, foi realizada uma entrevista semiestruturada com duas extensionistas da escola, com a atual Diretora do CAIC e a Coordenadora de Estágios e Projetos.

2 POLÍTICA UNIVERSITÁRIA: DO ÂMBITO NACIONAL À FURG

Para compreender a política universitária na FURG, inicialmente, é fundamental entender que ela está atrelada ao tripé que sustenta as Instituições Federais do Brasil: o ensino, a pesquisa e a extensão. Desse modo, no presente capítulo, iremos trazer um breve histórico da política universitária de ensino, pesquisa e extensão, no subcapítulo intitulado de “Política universitária de ensino, pesquisa e extensão”, trazendo o debate da implementação dessa dinâmica que impera até a atualidade nas universidades públicas brasileiras. Dessa forma, entende-se que essa breve análise tornará, efetivamente, possível entender, de forma breve, a construção desse tripé que sustenta as universidades públicas no Brasil.

Esse capítulo parte de uma análise teórica e histórica da formação do tripé que sustenta a universidade pública, e, na sequência, irá sumarizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão feitas/produzidas na FURG, mostrando um panorama geral de como a instituição dialoga com os bairros do entorno. Portanto, iremos abordar alguns trabalhos de pesquisa que contemplam o entorno da FURG, bem como um cenário de como a universidade percebe os alunos que estudam no campus e uma análise dos projetos de extensão que foram fornecidos para a realização dessa pesquisa.

Por conseguinte, através das premissas supramencionadas, compreende-se que o objetivo desse capítulo é sumarizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na FURG que contemplam os bairros que habitam o entorno da universidade, visto que, em tese, a universidade pública deveria servir o público, ou seja, as comunidades que vivem do que a universidade produz ou deveria produzir.

2.1 POLÍTICA UNIVERSITÁRIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Para compreendermos a relação da Universidade Federal do Rio Grande com seu entorno através do ensino, da pesquisa e da extensão, primeiramente, é necessário entendermos o que são esses três pilares e sua história, o que é o Ensino universitário (graduação e pós-graduação) e o que é a pesquisa universitária (projetos de pesquisa, iniciação científica, especialização, mestrado, doutorado, etc). Nesse sentido, transcorrer acerca dessa trajetória, sem debater o início da formação das universidades brasileiras seria, no mínimo, um equívoco.

Pensando historicamente, a instituição universidade originou-se na premissa de um ambiente que pensasse na produção do conhecimento, que agregasse a formação

de profissionais através de caminhos distintos. E, de acordo com cada país, fosse um lugar que trouxesse o reconhecimento de um determinado tipo de conhecimento científico, com autonomia para conversas — através da pesquisa — com diversos setores da sociedade (GONÇALVES, 2015). Todavia, ao contrário de muitas instituições de ensino que habitam as terras emersas, no Brasil "esta instituição se consolidou muito recentemente, a partir das primeiras décadas e mais fortemente na segunda metade do século XX, sob inspiração de modelos existentes na Europa e nos Estados Unidos" (GONÇALVES, 2015, p. 1232).

As instituições de ensino — tal como conhecemos hoje — são entidades recentíssimas que sofreram incontáveis transformações ao longo dos tempos. Inicialmente foi pensada como a universidade da consciência, aquela que o escritor e pensador espanhol Ortega y Gasset e o filósofo e diplomata alemão, fundador da Universidade de Berlim, Humboldt, acreditavam ser um ambiente formador da consciência humana. Posteriormente, foi considerada, também, como a universidade do trabalho, sob a ideologia americana, após os anos 50. Contudo, hodiernamente, acredita-se que a sociedade, de modo geral, está repensando os modelos das instituições públicas de ensino, caminhando para um molde que pense na cidadania, nos direitos humanos e na necessidade de fazer-se justiça social em busca da equidade (SLEUTJES, 1999).

É fundamental destacar que dos três pilares que hoje sustentam a universidade pública, a extensão foi a última a ser institucionalizada. Há relatos de que, de fato, a existência da extensão universitária data de 1911, inicialmente em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro, e em Minas Gerais, sendo prevista desde a legislação de 1931, que estabeleceu as bases do sistema universitário no Brasil, mediante ao decreto nº 19.851, de 11/4/1931 (PAULA, 2013).

Pensando em uma ordem cronológica para compreendermos a extensão universitária no Brasil, existem três grandes etapas. A primeira ocorreu centrada nas campanhas pelas escolas públicas e pela aproximação com os movimentos das reformas de base, pautadas na obra "Extensão ou Comunicação", escrita por Paulo Freire. A segunda etapa consiste nos períodos entre 1974 e 1985, emergentes pelas demandas dos movimentos sociais urbanos. No que consiste a terceira etapa, refere-se ao período pós-ditadura, caracterizando-se por três novas demandas que surgiram nesse período: os avanços dos movimentos sociais urbanos e rurais, a ampliação dos conceitos de cidadania que expressam as emergências de novos sujeitos e direitos e as

demandas dos setores produtivos nos campos, da tecnologia e da execução/prestação de serviços (PAULA, 2013).

Todavia, no ano de 1970 — após o Golpe Militar que o Brasil sofreu em 1964 — começou a ocorrer o processo de questionamento da ditadura militar e o surgimento, após a redemocratização do país, do fortalecimento dos movimentos sociais. Esses movimentos pautavam a proposição voltada a uma ampla abertura política e acadêmica, atribuindo à educação um papel chave nessa trajetória e às universidades as funções políticas e sociais que, conseqüentemente, envolviam a extensão universitária (GONÇALVES, 2015).

À vista disso, em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), junto ao Ministério da Educação (MEC), assumem o papel de articulação e pressão política conceituando a extensão como um processo científico, cultural e educativo que articula o ensino e a pesquisa da forma indissociável (GONÇALVES, 2015). De acordo com o Art. 207 da Constituição Federal de 1988, “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Nesse sentido, torna-se evidente que a presença do ensino e da pesquisa nas universidades públicas antecede a da extensão universitária. A primeira instituição de ensino no Brasil data de 1549, sendo considerada uma escola Jesuíta. Entretanto, em 1759 os jesuítas foram expulsos do Brasil devido a uma série de reformas que ocorreram nesse período. Posteriormente, no ano de 1808, o Brasil passa por uma efervescência cultural e científica devido a chegada da família real no país. Todavia, é importante salientar que essa dinâmica não influenciou na compreensão que temos do modelo de ensino e pesquisa, hoje (SOUZA, 2020).

Foi a partir da queda do império que ocorreram mudanças significativas na educação e, conseqüentemente, no ensino e na pesquisa. No período, a escola positivista influía na imprensa, nas escolas, na literatura, no parlamento e na academia. Nesse sentido, as ideias positivistas, frente a necessidade de modernização brasileira, produziam um clima de entusiasmo na esfera social. O fato é que o positivismo culminou no Brasil ainda no século XIX, devido aos brasileiros que estudavam na Europa e, conseqüentemente, entraram em contato com essa filosofia. No Brasil o positivismo teve suas próprias nuances, uma interpretação difusa, própria e diluída, reduzindo-se a "uma leitura cientificista desmedida e em menor proporção uma leitura de sua teoria religiosa"

(SOUZA, 2020, p. 36). Durante muito tempo, essa filosofia foi entendida como a saída para todas as desventuras brasileiras, sejam morais, sociais, econômicas ou políticas, produzindo o pensamento religioso característico da época (SOUZA, 2020).

A influência do positivismo no ensino e na pesquisa teve distintos momentos entre as décadas de 1930 e 1970, podendo até então, ser identificada, em certos aspectos, até os dias atuais nas instituições de ensino (SOUZA, 2020). Desse modo, o ensino e pesquisa como conhecemos hoje está pautada, em grande parte, na escola positivista. Nesse sentido, as categorias de ensino Fundamental, Médio e Superior ainda utilizam esse modelo, embora algumas mudanças tenham ocorrido nas últimas décadas.

Posto isso, é evidente que o papel da educação é essencial nas transformações sociais, tanto coletiva quanto individual. Durante a trajetória de vida de cada indivíduo, o Ensino Fundamental e Médio, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), têm o objetivo de formá-los para exercer a cidadania, preparando-os para o Ensino Superior. Contudo, ainda que os anos iniciais possuam tamanha importância no desenvolvimento social, o Ensino Superior cumpre um papel fundamental e estratégico para o desenvolvimento de um determinado país. Ao tratar-se do Ensino Superior, tanto a graduação quanto a pós-graduação caminham juntas, cumprindo finalidades próprias e complementares (CURY, 2004).

Desse modo, entende-se que a graduação, como elemento fundamental do ensino superior, contém, por uma perspectiva, a herança intelectual da humanidade a ser transmitida através do ensino, e, por outro viés, potencializa-se pelo amplo leque de possibilidades que a pesquisa permite-nos alcançar (CURY, 2004). À vista disso,

a graduação tem como conceito regulador o princípio da preservação enriquecida, cujo ensino se volta para uma profissionalização, compromissada e competente, necessária à inserção profissional no mundo atual. Esta vocação constituída pelo caráter formativo-profissionalizante permite uma flexibilidade organizacional mas não tão elevada quanto a da pós-graduação (CURY, 2004, p. 779).

De certo modo, a comunidade acadêmica no Brasil "deve muito ao desenvolvimento da pós-graduação universitária" (CURY, 2004, p. 780). Desde seu primórdio, houve um empenho da comunidade acadêmica/científica em ampliar o número de docentes e pesquisadores qualificados no território nacional, "a consecução de uma "massa crítica" foi objeto claro não só dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, mas também de uma atuação consciente e efetiva do próprio Estado" (CURY, 2004, p. 780), na época. É devido a essa política pública que o Brasil conseguiu, além de formar

um número significativo de pós-graduados, construir um sistema de pós-graduação de alta qualidade (CURY, 2004).

Com os Planos Nacionais de Pós-Graduação, observou-se que, no caso da Geografia, "em todas as regiões, cresce o número de pesquisas desenvolvidas por programas de pós-graduação sobre áreas de estudo da própria região" (PAULA, 2018, p. 63), isso se deve ao cumprimento dos objetivos do primeiro plano - expansão da pós-graduação em nível regional - e do segundo plano - interiorização da pós-graduação no território brasileiro-. Dessa forma, o avanço da pós-graduação permitiu a visualizar regiões e circunstâncias de pesquisa que até então não eram abrangidas, possibilitando, também, uma maior troca entre pesquisadores e contextos de pesquisa (PAULA, 2018).

Nesse sentido, a pós-graduação como conhecemos hoje — sistêmica — tem sua origem recente, permitindo, também, como promotora de graus acadêmicos, a articulação de possibilidades interdisciplinares. Posto isso, a pós-graduação, compreendida como parte do ensino superior, possui como premissa básica elevar o ensino nela ministrado pela constante atualização dos conhecimentos que a pesquisa possibilita, assegurada pela metodologia de pesquisa e por múltiplas perspectivas pessoais e/ou coletivas (CURY, 2004). Dessa forma,

a pós-graduação tem como conceito regulador o princípio da inovação por meio da produção de conhecimentos expressa na pesquisa. Na pós-graduação, o componente da investigação é dominante e esta não pode ver-se privada de portais científicos, laboratórios, bibliotecas atualizadas e número mais reduzido de estudantes (CURY, 2004, p. 779).

É importante destacar que a pesquisa não está presente somente na pós-graduação. De acordo com Goulart (2004), refletir sobre a pesquisa no mundo moderno implica em pensar na função docente na concepção do "aprender a aprender", uma vez que dois elementos basilares da aprendizagem mostram-se presentes, sendo estes o reconhecimento da subjetividade e a prática da criatividade. Nesse sentido, quando trata-se a pesquisa como uma atividade a ser feita pensando o ato de aprender, "está-se pensando num fazer que se transforme em algo rotineiro na vida escolar, sem aquela pretensa valorização da atividade sofisticada que se desenvolve no recesso de laboratórios reservados aos cérebros privilegiados" (2004, p. 67).

Dessa forma, percebe-se que a pesquisa está, de fato, ligada, indissociavelmente, ao ensino e a extensão. Durante o percurso acadêmico, a pesquisa passa, basicamente, por algumas etapas, sendo a primeira compreendida como Iniciação Científica (IC). Nesse sentido, entende-se a IC como programa destinado aos

discentes do ensino médio ou superior, vinculados a um grupo de pesquisa de uma determinada instituição. Nesse tempo, o estudante desenvolve um projeto de pesquisa sendo orientado por um docente. Desse modo, permitindo com que o aluno aprenda sobre as etapas que contemplam um projeto de pesquisa e sua execução, estreitando os laços com a produção do conhecimento nas instituições e com outros profissionais de outros níveis de formação, como mestrandos e doutorandos.

Para os discentes que concluíram o Ensino Superior, e pretendem aprofundar seus conhecimentos em uma determinada área do conhecimento, desenvolver pesquisa e seguir a carreira docente/acadêmica, o direcionamento é o Mestrado e o Doutorado, duas opções de pós-graduação. Nesse sentido, conforme a CAPES (2012), o Mestrado, seja ele acadêmico ou profissional, possui duração média de dois anos. Dessa maneira, acompanhado de um orientador vinculado a uma instituição de nível superior, o aluno que cursa o Mestrado deve finalizar sua trajetória com a produção e defesa de uma dissertação que passa por uma banca examinadora de professores convidados, internos e externos à instituição em que está vinculado.

Em relação ao Doutorado, ainda em conformidade com a CAPES (2012), possui a duração média de quatro anos, cujo a proposta dessa etapa de formação é a produção e defesa de uma tese, original e inédita, isto é, a confirmação de uma nova hipótese sobre determinado campo do conhecimento. Nessa perspectiva, essa etapa exige maior nível de apropriação teórico-prática e aprofundamento da pesquisa. Também, é importante destacar que esse processo passa por uma banca de examinadores, bem como no mestrado.

No Brasil, o financiamento da pesquisa ocorre por distintos sistemas e instituições de fomento ligadas direta ou indiretamente aos ministérios brasileiros. Essas Instituições são: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além das agências estaduais que compõem as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs). Não obstante, é importante salientar que as principais agências de financiamento da pesquisa enfrentam sérios problemas com a redução de orçamento nos últimos anos, o que demonstra a fragilidade da pesquisa no cenário atual.

Nessa perspectiva, no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, além da autonomia didático-científica, as universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Na FURG, em termos de ensino e

pesquisa, dada sua condição sistêmica, esse tema central poderá ser abordado por todas as áreas do conhecimento, tornando-se desnecessário a caracterização dos ambientes dos sistemas costeiros.

No que tange a política de extensão da universidade, considera que o ensino, a pesquisa e a extensão são atividades da universidade, que devem ser desenvolvidas de forma interdisciplinar e indissociável. Considerando, também, que a extensão é uma atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa, a fim de propiciar uma relação transformadora entre a sociedade e a universidade, conforme o Art. 37 do Estatuto da FURG — por meio de metodologias participativas. Não obstante, a Universidade possui seis diretrizes de ações e de extensão, sendo essas:

I - Interação dialógica que orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e demais setores sociais marcadas pelo diálogo e compartilhamento de saberes, promovendo alianças com movimentos, setores e organizações sociais; II - Interdisciplinaridade que visa à interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de parcerias intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais; III - Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão que constitui o processo acadêmico vinculado à formação de sujeitos e à geração de conhecimento; IV - Impacto na formação do estudante que promove a sua participação nas ações de Extensão Universitária sustentada por iniciativas que viabilizem a interação com a sociedade; V - Registro acadêmico das ações de extensão que oportunize a integralização de créditos na formação acadêmica do estudante; VI - Impacto e transformação social que se volta para os interesses e necessidades da maioria da população e propicia o desenvolvimento socioambiental, assim como o aprimoramento das políticas públicas (FURG, Resolução Nº 027/2015).

Desse modo, a proposta de Política de Extensão da FURG, desenvolvida pela universidade junto com o Comitê de Extensão, abarca a orientação da Política Nacional de Extensão que exige das Instituições Federais de Ensino Superior a formulação de sua Política e seu respectivo Plano de Desenvolvimento e ao Plano Nacional de Educação. Sendo, portanto, a extensão um processo interdisciplinar, cultural, científico, educativo e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade dentro do princípio constitucional da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com a Resolução Nº 027/2015, a FURG trabalha com oito áreas temáticas nas suas ações de extensão, sendo essas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção e

Trabalho. Posto isso, vale salientar que a extensão será dada mais ênfase nas ações de extensão nos próximos capítulos.

2.2 PANORAMA DA FURG COM SEU ENTORNO NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Refletindo sobre a construção do presente capítulo, optou-se por transitar pelo tripé que forma a base da Instituição: o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa forma, para compreender, num primeiro momento, como a FURG dialoga através do ensino com os bairros abordados nessa pesquisa, optou-se por entrar em contato com o órgão responsável por gerir essa área. Nessa perspectiva, solicitou-se a cooperação da Coordenação de Registro Acadêmico – CRA no fornecimento de dados relativos às matrículas de estudantes na FURG.

Em relação à presença do entorno em pesquisas na FURG, optou-se por procurar trabalhos que abordassem algo semelhante à temática que nos propusemos a explorar. Nessa fase exploratória, num primeiro momento, buscou-se no Sistema de Administração de Bibliotecas (ARGO) o nome dos bairros que são objetos desta pesquisa. O mesmo procedimento foi efetuado no Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os mesmos filtros e, por último, buscou-se pelas mesmas palavras no Repositório da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). É importante salientar, também, que a pesquisa no repositório foi feita minuciosamente, buscando pelas palavras-chave em cada fragmento dos institutos de pesquisa e suas ramificações.

À vista disso, de todos os vinte e dois institutos ¹encontraram-se, apenas, sete trabalhos. Um produzido no Instituto de Educação (IE) e os outros seis no Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) que abordavam algo semelhante à temática aqui levantada. Posto isso, resta compreender como esses trabalhos dialogam com a temática da pesquisa e, mais precisamente, como os trabalhos acadêmicos produzidos na Universidade Federal do Rio Grande dialogam/enxergam os bairros que coabitam o entorno do seu território.

O primeiro trabalho a ser encontrado foi uma dissertação do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental (PPGEA), pertencente ao IE, escrita por Suzane Carvalho Domingos, intitulada " Ambientes de lazer no bairro Castelo Branco II - Rio Grande/RS: o que dizem as crianças". Todavia, para simplificar o próximo parágrafo, de

¹ Desses vinte dois, treze são unidades acadêmicas.

antemão, aviso que os próximos trabalhos a serem citados foram produzidos no ICHI sendo cinco considerados Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e uma dissertação de mestrado.

O segundo trabalho foi escrito por Maristel Coelho San Martin, intitulado “As transformações espaciais ocorridas na "Vila Maria" a partir da implantação do polo naval (2005/2013)”. O terceiro trabalho foi escrito por Nara Nilceia da Silva Santos, intitulado “As relações sociais dos moradores da vila Marluz não-legalizada Rio Grande (RS)”. O quarto trabalho foi redigido por Maria Terezinha Gama Pinheiro e intitula-se “Vilas circundantes: ocupação, problemas preocupantes e emergenciais”. O quinto trabalho foi escrito por Eliana Salum Cardoso, intitulado “A luta pela moradia em Rio Grande: o movimento dos Sem-Teto e a construção do bairro Castelo Branco II”. E o sexto trabalho intitula-se “A formação do loteamento Cidade de Águeda no município do Rio Grande - RS”, escrito por William Martins Rocha.

O sexto e último trabalho talvez seja o que mais se aproxima do tema desta pesquisa. A dissertação escrita por Verena Schmidt Baldoni, intitulada "Universidade sem fronteiras: parque linear como estratégia de planejamento socioambiental em área de interface urbana", procurou construir um planejamento considerando estratégias de implantação de um parque linear integrador como alternativa de qualificação socioambiental procurando minimizar os problemas de segregação social e os impactos causados pelo mau descarte de lixo. Sua delimitação deu-se na área de interface urbana entre o campus carreiros da FURG e seu entorno, visando atender as questões de interesse local, como lazer, integração e recuperação ambiental.

Compreende-se, portanto, através dos trabalhos supracitados que a existência de uma problemática referente a pesquisa é válida uma vez que, somando todos os trabalhos produzidos nos vinte e dois institutos pertencentes a FURG, obtém-se 9.534 trabalhos. Dessa totalidade somente sete trabalhos foram encontrados com alguma referência ao entorno da universidade.

Em relação à extensão, pediu-se para a Diretoria de Extensão (DIEX) o número de projetos e programas de extensão da FURG, por ano, no intervalo de 2010 a 2020. O número de projetos cujo público são/eram dos bairros: Parque Universitário/Carreiros; Vila Maria José, Vila São Jorge, Vila Marluz, Vila Recreio, Vila Carlos Santos, Profilurb I, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vila Santa Rita de Cassia, Castelo Branco I, Castelo Branco II e Cidade de Águeda.

Recebemos a resposta de que não era possível fazer a análise dos bairros, pois nenhum dos sistemas utilizados até então fizeram uma seleção tão detalhada. Como destacado na metodologia, optou-se por analisar somente os projetos do ano de 2017, que somam 327 projetos de extensão.

Devido à complexidade dos dados, da dificuldade em encontrar especificamente os projetos que abordam o entorno da universidade, optou-se, também, por dialogar com a Diretoria do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), uma unidade da FURG ligado à Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) que desenvolve ações extensionistas, em consonância com a Política de Extensão da universidade nas áreas da Educação e Saúde.

Nessa perspectiva, a entrevistada relata que o CAIC é extensão e está dentro da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Enfatiza, também, que ocorrem diversos projetos que englobam o entorno da universidade. Não obstante, diz que ocorrem muitas parcerias com professores da universidade com projetos que abordam o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo esses: Acreditar e Investir, Repensando a Prática Pedagógica e o CAICFERIA. Cabe destacar, também, que esses projetos serão discutidos no subcapítulo “EXTENSÃO NO CAIC: UM NOVO PARADIGMA PARA O TERRITÓRIO?”.

Em síntese, o CAIC possui projetos de extensão fixos e articula parcerias com diversos professores da universidade. A entrevistada ressaltou que os projetos mencionados são pensados em relação à realidade que se encontra no CAIC, nesse sentido, essas propostas buscam atender as necessidades sociais presentes nas famílias que fazem parte do universo do CAIC. O público-alvo desses projetos são vulneráveis, tanto socialmente quanto pessoal (saúde mental e física, dificuldade de acesso e etc), conforme relata a entrevistada. Salaria, também, as inúmeras situações de violência, muitas vezes com as mesmas famílias, sem documentos que os caracterizem como cidadãos, dificultando o acesso a determinados espaços públicos ou a qualquer garantia de direito. A entrevistada expõe que essas pessoas, na sua maioria, residem nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II, Cidade de Águeda, São Miguel, Vila Maria e Vila São Jorge.

Portanto, compreende-se que existem lacunas a serem preenchidas no que tange o entorno da Universidade e sua relação em ensino, pesquisa e extensão. Dos três pilares, *a priori*, a extensão o que mais evidenciou integração com o entorno, segundo a entrevista supramencionada.

3 EXTENSÃO NO ENTORNO DA UNIVERSIDADE

Compreender a extensão no entorno da Universidade Federal do Rio Grande, mostrou-se uma tarefa um tanto “difícil”, devido as barreiras que surgiram no que se refere ao acesso dos projetos de extensão realizados na FURG, pois os dados disponibilizados não incluíam o público-alvo. Nesse sentido, esse capítulo, em um primeiro momento, busca dialogar acerca da relação que existe entre a universidade e o seu entorno, trazendo um debate construído com Boaventura Santos, acerca da função social da universidade para com a comunidade e a função da extensão na construção de diálogo entre comunidade-universidade. Dessa forma, o subcapítulo intitulado de “Relação universidade-comunidade”, aborda esse debate de forma aprofundada, mostrando como a universidade acabou afastando-se da sua função para com a comunidade, de forma geral, durante um período da existência.

Além disso, nesse capítulo, também iremos trazer uma análise dos projetos de extensão que foram analisados durante na fase exploratória dessa pesquisa, no subcapítulo intitulado de “Projetos de extensão da FURG no entorno”. Nessa etapa, faremos um diálogo com os projetos de extensão que foram elaborados na universidade, dialogando com Boaventura Santos, também, com o intuito de mostrar os projetos que foram desenvolvidos na universidade e que, de alguma forma, atingiram as comunidades que habitam o entorno da FURG, e aqueles que em sua essência possuem um grande potencial e que não foram aplicados nas comunidades do entorno por algum motivo em específico.

Portanto, o capítulo três desse trabalho, através das premissas supramencionadas, possui como objetivo compreender possíveis estratégias de extensão como formas de potencializar a relação universidade-comunidade. Acredita-se, desta maneira, que a universidade pode desempenhar um papel que vá além do que já está sendo feito/produzido, atingindo de fato a comunidade que vive em seu entorno. No entanto, a ação da Universidade deve ser feita num sentido extensionista e não assistencialista, uma vez que ambos os conceitos são distintos e não configuram-se como sinônimos.

3.1 RELAÇÃO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE

O sistema educativo reverbera de maneira em que existe contradição em relação ao princípio de igualdade de oportunidades e da mobilidade social. Dessa forma, através das instituições de ensino, por uma perspectiva, torna-se a continuação e o aprofundamento das desigualdades sociais, e por outro, contribui para difusão e legitimação de uma determinada ordem social estruturalmente incongruente, basicamente, obrigada a rever na prática suas premissas igualitárias nas quais estão fundamentadas (SANTOS, 1999).

Dessa maneira, a universidade enquanto lugar de privilégio da construção de alta cultura e dos conhecimentos acadêmicos-científicos é um acontecimento do século XIX, vinculado ao capitalismo liberal, sendo a universidade de Humboldt o modelo que melhor traduz essa concepção. Nesse sentido, a liberdade de discussão, o criticismo e o desenvolvimento de trabalhos, entre outras funções, fizeram da universidade um local único, contemplada e prestigiada por parte da sociedade civil, relativamente isolada, sendo fundamental para a formação das elites (SANTOS, 1999). Desse modo,

na sociedade moderna o carácter consensual de uma dada condição social tende a ser medido pelo seu conteúdo democrático; o consenso a seu respeito será tanto maior quanto maior for a sua consonância com os princípios filosófico-políticos que regem a sociedade democrática. Há de ser este também o critério de legitimidade da universidade moderna. E à luz dele não admiraria que a legitimidade da universidade fosse, à partida, bastante precária. A universidade moderna propunha-se produzir um conhecimento superior, elitista, para o ministrar a uma pequena minoria, igualmente elitista, de jovens, num contexto institucional classista (a universidade é uma sociedade de classes) pontificando do alto do seu isolamento sobre a sociedade (SANTOS, 1999, p. 183).

À vista disso, a universidade que conhecemos hoje é consequência da filosofia iluminista/positivista. Portanto, a universidade passa a ser uma instituição aristocrática, designada a incentivar o uso não operacional da razão por si mesma, mas proporcionar uma atmosfera na qual a hegemonia física e moral do dominante não intimide a dúvida filosófica. Nessas condições, a universidade não configura-se como uma instituição democrática, convivendo às avessas com a democracia, devendo resistir à tentação de exercer alguma função em prol da sociedade civil (BLOOM, 1998, apud SANTOS, 1999).

Não obstante, apesar da universidade ter acumulado conhecimentos preciosos acerca dos problemas sociais do mundo contemporâneo, raramente posicionou-se com um viés de responsabilidade social. Nesse sentido, durante muito tempo a universidade foi criticada, ora por raramente cumprir o papel de utilizar os conhecimentos acumulados

durante os anos em prol das soluções de determinados problemas sociais, ora por não ter posto sua autonomia institucional e sua discussão livre e desinteressada aos serviços dos grupos sociais dominados e suas predileções (SANTOS, 1999).

Desse modo, a reivindicação em relação à responsabilidade social da universidade, durante o tempo, apresentou distintas tonalidades. Nessa perspectiva, durante a fase do período do capitalismo liberal (XIX) e sua transição ao capitalismo organizado (XIX até os anos sessenta) em diversas instituições a responsabilidade social da universidade reduziu-se à meras ligações com a indústria (SANTOS, 1999). De fato, as produções acadêmicas, durante grande parte da trajetória da humanidade, mantiveram-se trancados dentro das universidades, "da torre de marfim insensível aos problemas do mundo contemporâneo, apesar de sobre esses ter acumulado conhecimentos sofisticados e certamente utilizáveis na sua resolução"(SANTOS, 1999, p. 174).

A concepção ampla de responsabilidade social, de participação direta das comunidades e de intervenções visando a reforma dos problemas sociais, constitui-se presente no imaginário simbólico de diversas instituições e seu corpo docente e discente na transição do capitalismo organizado em transição para o capitalismo desorganizado (final dos anos sessenta até hoje) (SANTOS, 1999). De acordo com Boaventura Santos, "entre outros exemplos possíveis, o mais importante foi a universidade de Brasília, sob o reitorado de Cristovam Buarque, acima de tudo pelo modo como procurou articular a tradição elitista da universidade com o aprofundamento do seu compromisso social"(1999, p. 181). Assim sendo, em um de seus manuscritos, intitulado "Uma Ideia de Universidade", Buarque (1986, apud SANTOS, 1999, p. 181), enfatiza que,

a política da universidade deve combinar o máximo de qualidade acadêmica como o máximo de compromisso social. O que caracterizará o produto, portanto, é a sua qualidade, sua condição de elite, mas o que caracterizará o seu uso é o seu compromisso amplo - a sua condição antieletista.

É a partir dessas proposições que se formularam uma política de extensão relativamente avançada, de modo que, o conhecimento científico, artístico e tecnológico produzido pelas universidades e os institutos de pesquisa não tornar-se-iam mais únicos. Nesse sentido, a universidade passa a enxergar a sociedade em um movimento que vai além da objetificação científica, mas como parte do processo de estruturação social. Esse olhar é fundamental uma vez que, a partir da compreensão dos problemas sociais que circundam os muros da universidade, tornar-se-ia parte do compromisso

social das instituições sanar essas problemáticas tendo em vista que muito produzia-se sobre, mas pouco fazia-se a respeito (SANTOS, 1999).

Nessa perspectiva, a maior parte dos programas de extensão, hoje, mostram-se reveladores dos limites de abertura da universidade em relação à comunidade e dos objetivos que lhe tangem. Considera-se que, de certo modo, as universidades, através das atividades de extensão, deveriam privilegiar os programas que possuam em sua base o viés humano e democrático que vise auxiliar um determinado grupo local sem antagonizar outros. Nessa acepção, as configurações de saberes devem ser voltadas às práticas sociais visto que a democratização da universidade está fundamentada pelo princípio da equivalência dos saberes e pelas práticas que convocam configurações inovadoras de sentidos (SANTOS, 1999).

Desse modo, "a universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar e possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos, gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos ou estratos socialmente discriminados" (SANTOS, 1999, p. 198). Esse parâmetro de lucidez, estabelece a universidade em uma posição privilegiada para "fazer proliferar comunidades interpretativas" (SANTOS, 1999, p. 195).

Dessa forma, a abertura da instituição é o sentido mais profundo da democratização da universidade, um processo que perpassa a ideia de acessar a universidade e permanecer nesta. Em uma sociedade na qual a qualidade de vida está pautada constantemente em relações complexas de saberes, a universidade só será legítima quando as atividades de extensão se aprofundaram de tal maneira que se desintegre até o último átomo, deixando de existir isoladamente, tornando-se parte integrante das atividades de pesquisa e ensino (SANTOS, 1999). Em uma sociedade de classes, a universidade deve promover os deslocamentos entre as classes, em uma sociedade beirando o desastre ecológico, a universidade deve desenvolver uma consciência ecológica (SANTOS, 1999), uma sociedade fundada sobre desigualdades sociais, a universidade, em suma, deve pautar esse debate através de políticas como as de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, as atividades de Extensão estendem o alcance da universidade, traduzindo-se em aplicações técnicas e não em aplicações transformadores no âmbito científico-acadêmico.

Nessa perspectiva, a universidade deve cumprir o papel de proporcionar espaços de interação com as comunidades que vivem no seu entorno, com o intuito de identificar eventuais atuações e definir determinadas prioridades em relação às suas atividades de

extensão. Desse modo, de acordo com Boaventura Santos (1999, p. 199), "deve evitar-se a todo custo que os serviços à comunidade se reduzam a serviços à indústria". Através dessa dinâmica, romper-se-á os muros simbólicos que mantêm a universidade deslocada do universo do seu entorno, dessa maneira, aprofundando conteúdos edificantes através da aplicação dos conhecimentos técnicos científicos.

A abertura da universidade, das suas salas de aula, dos seus laboratórios, de suas bibliotecas e suas diversas instalações aos membros da comunidade, permitiria maior aproximação com os conhecimentos produzidos nas universidades, bem como possibilitaria a compreensão das comunidades locais do que é/está sendo feito nas instituições de ensino. Portanto, a disruptura da comunidade em relação à universidade e da universidade em relação à comunidade está vinculada, intrinsecamente, à política de extensão universitária. Dessa forma, o maior desafio da extensão universitária consiste em repensar as necessidades sociais, estabelecer critérios e contribuições da extensão para a efetiva transformação no âmbito social. A extensão, com o passar do tempo, modificou-se em relação ao modelo pensado, inicialmente na década de sessenta, hoje, consistindo em prestar auxílio à sociedade, levando subsídios que visam a melhoria da sociedade civil (CARBONARI e PEREIRA, 2007).

O pressuposto da associação ensino-pesquisa, prática e teoria que endossam a compreensão da política de extensão como função da universidade demonstra um novo meio de fazer e pensar. Não obstante, permite, também, uma postura voltada à organização e intervenção nas distintas realidades presentes no cotidiano das comunidades que habitam o entorno das instituições. Dessa forma, fazendo com que a comunidade deixe de ser secundária (passiva) no recebimento dos conhecimentos transmitidos pelas universidades, passando, portanto, a serem agentes participativos (ativos) na crítica e na construção dos diversos modos de organização e cidadania (JENIZE, 2004).

3.2 CONTEXTUALIZAÇÕES DAS PRINCIPAIS DEMANDAS DO ENTORNO À FURG

Com a finalidade de tentar compreender como a FURG está fazendo a extensão nos bairros que habitam o entorno da universidade, optou-se por fazer entrevistas semiestruturadas com moradores do entorno (tabela 1) da universidade para entender quais são as demandas das comunidades do entorno. Dessa forma, poder-se-á analisar se os projetos de extensão da universidade, do ano de 2017, abrangem essas questões.

Foram feitas oito entrevistas com jovens e adultos que estudam no Campus Carreiros no intuito de tentar entender as demandas do entorno.

Quadro 1 Características dos entrevistados

Gênero	Idade	Bairro	Cor
Homem	22	Castelo Branco I	Preto
Homem	20	Cidade de Águeda	Preto
Homem	23	Vila Recreio	Branco
Homem	24	Vila Nossa Senhora de Fátima	Branco
Mulher	25	Castelo Branco II	Branca
Mulher	47	Vila Maria José	Branca
Mulher	21	Vila Santa Rita de Cassia	Preta
Mulher	22	Vila Marluz	Preta

Fonte: autor

De acordo com Boaventura Santos (1999), a abertura da universidade à comunidade desempenha um papel fundamental no que se refere as relações públicas da universidade com o entorno, visando pôr em prática a função social da instituição para com a sociedade. Nessa perspectiva, poder-se-ia dar ênfase a programas que visem ajudar um determinado grupo local, nesse caso, os bairros do entorno: Parque Universitário/Carreiros; Vila Maria José, Vila São Jorge, Vila Marluz, Vila Recreio, Vila Carlos Santos, Profilurb I, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vila Santa Rita de Cassia, Castelo Branco I, Castelo Branco II e Cidade de Águeda.

Inicialmente, é importante enfatizar que antes de uma demanda física, objetiva, tangível e estrutural, no sentido de transformar/alterar o território ou a concepção acerca dele, existe uma demanda implícita. Essa demanda, por sua vez, está atrelada ao processo de permanência das pessoas mais pobres na universidade, que dita, em tese, quem são aqueles que usufruem da instituição de ensino e a qual classe social pertencem.

Boaventura Santos (1999), em diálogo como outros autores como Bourdieu, Passeron e Offe, demonstra que o sistema educativo opera de maneira em que a contradição entre a ideia de igualdade de oportunidade e de mobilidade social por intermédio da escola — nesse caso, através da universidade. Dessa forma, por uma perspectiva, configura-se como a continuação ou até consolidação das desigualdades sociais e, por outra, não mostra-se totalmente visível, contribuindo diretamente para a

perpetuação e legitimação de uma ordem social estruturada de forma incongruente, tornando-se "obrigada a desmentir na prática as premissas igualitárias em que se diz fundada" (SANTOS, 1999). De acordo com as respostas dos entrevistados, quando questionados se conheciam pessoas de seus bairros (Castelo Branco I, Castelo Branco II, Cidade de Águeda, Profilurb, Vila Recreio e etc) que estudavam na FURG, majoritariamente, as respostas foram "não". Dos oito entrevistados, cinco relataram que as pessoas que conheciam tinham o mesmo problema que eles: precisavam trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Ainda nessa questão, seis dos oito entrevistados apontaram que acreditavam que antes de entrar na universidade, consideravam que esse espaço "*era só para uma pequena parcela da população*", "*a maioria das pessoas que eu via entrar era maioria que tinha a vida estabilizada*", "*sempre tive na minha cabeça que a faculdade era um lugar inacessível*".

Através desses relatos percebe-se que, visivelmente, existe uma necessidade imediata de romper os muros da universidade no que se refere ao acesso da comunidade do entorno a esse território. Uma instituição pública de ensino superior, cujo a função social é de prestar serviço para a sociedade, quando não se mostra "aberta" para a população, evidencia a existência de algum problema de comunicação com essas pessoas que habitam os bairros do entorno.

Essa questão torna-se ainda mais pertinente na medida em que, também, dos oito entrevistados, seis enfrentavam sérias dificuldades de manter os estudos na graduação devido ao fato de precisar trabalhar em outro período para pagar contas, como aluguel, energia elétrica, comida, água, essas questões básicas para a manutenção da existência. De fato, a realidade que se retrata nessa problemática é de que, inicialmente, os moradores das regiões segregadas espacialmente no município de Rio Grande, precisam enfrentar essa dualidade entre a educação e o trabalho.

Desse modo, em um estudo desenvolvido por Maier e Mattos (2016), no qual abordam as dificuldades de enfrentar a vida universitária e o mundo do trabalho de forma concomitantemente, constatou-se que é fundamental que a Universidade não somente entenda as condições sociais do aluno-trabalhador, mas que, de fato, reconheça essa dicotomia para que, de certa maneira, consiga se organizar com a finalidade de propor estratégias para auxiliar os discentes a superar essas dificuldades, de forma conjunta.

Outra questão que surge através das entrevistas é o fato de que todos os entrevistados foram as primeiras pessoas de seu núcleo familiar a ingressar no ensino superior em uma universidade pública. À vista disso, esse cenário que se transmuta

acerca da dificuldade de acesso a universidade, claramente demonstra que o diálogo entre universidade-comunidade não está ocorrendo na medida em que a população que habita o entorno da FURG não está conseguindo acessar esse ambiente no âmbito do ensino superior. Inclusive, esse dado vai de encontro com a problemática relacionada a Coordenação de Registro Acadêmico – CRA referente ao fornecimento dos dados da matrícula dos alunos, no qual a FURG não conseguiu localizar os bairros que seus estudantes residem.

Portanto, existe uma grande demanda do entorno que está intrinsicamente ligada a falta de comunicação da universidade com o seu entorno. Uma demanda de comunicação, de visibilidade. A universidade precisa encarar esses bairros como parte do seu território, e não como aglomerados que vivem separados da instituição. De alguma maneira, ao longo desses anos, o diálogo entre universidade e seu entorno não está ocorrendo de maneira efetiva, tendo em vista que os dados analisados nessa pesquisa até então corroboram com essa percepção.

Outro fator agravante que se constatou através das entrevistas é o fato de que existem muitas demandas atreladas a estrutura dos bairros que habitam o entorno da universidade. Majoritariamente, os entrevistados apontaram problemas relativos aos *“asfaltamentos das ruas, lixos espalhados pelas calçadas, esgoto a céu aberto, valeta aberta”*, relatando também de que *“falta consciência dos moradores acerca da manutenção dos resíduos (lixo) nas ruas”*, *“casas construídas irregularmente, com infraestrutura precária e de risco”*.

Isto posto, é essencial enfatizar que existem funções que a universidade não deve desempenhar, visto que *“considera-se que os serviços de extensão comunitária devem ter uma forte componente técnica de modo a evitar que a universidade substitua ilegitimamente a outras instituições”* (SANTOS, 1999, p. 180), como o estado ou o município, por exemplo.

No entanto, existem meios de fazer iniciativas que possam corroborar para a mitigação dessa problemática. Um exemplo disso é de que *“em muitas faculdades de direito, os serviços de assistência jurídica e judiciária gratuita, que eram extracurriculares nos anos sessenta, foram integrados no plano de estudos enquanto forma de <<ensino aplicado>> (clinical education), isto é, de trabalho prático de estudantes sob orientação dos professores”* (SANTOS, 1999, p. 180). Inclusive, esses programas de apoio técnico a uma espécie de *“renovação urbana”* eram feitos em zonas segregadas, especialmente voltados as populações excluídas socialmente.

No caso das demandas relacionadas ao saneamento, ao lixo espalhado pelas ruas, obviamente, a universidade não possui papel executivo, visto que essa atuação está atribuído ao Estado e, através da gestão municipal, nesse caso.

No entanto, conforme uma entrevistada relatou, projetos voltados a conscientização de uma educação voltada ao meio ambiente, seria uma forma de fazer extensão com a comunidade e de suprir essas demandas, "*acho que a educação seria o ponto, para a criança educar o pai, o pai educar a mãe e etc. Acho que através de uma educação que te eduque mesmo, não uma que reprima conseguiria resolver alguma coisa. Mas acho que através da educação muita coisa se resolve*". Essas iniciativas, poderiam ser tomadas por cursos como Gestão Ambiental, Biologia, Geografia, entre outros.

À vista disso, é fundamental deixar claro que o diálogo entre a universidade e a comunidade devem ser feitos através da extensão universitária, uma vez que se deve partir de pequenos passos "para transformar as atividades de extensão até que elas transformem a universidade" (SANTOS, 1999, p. 198), ou o modo como a universidade enxerga o "fazer extensão" no seu entorno. Nessa perspectiva, de acordo com Boaventura Santos (1999), é papel do corpo docente (poderíamos incluir os pesquisadores e extensionistas) das universidades envolvidos diretamente com a instituição, auxiliando nesse processo de prestações de serviços em áreas ou a grupos sociais sem capacidade de exercer determinadas funções.

Ainda em relação aos dados oriundos das entrevistas, uma entrevistada apontou que no Bairro Castelo Branco foi construído um ginásio. A entrevistada disse, "*olha como é. Montaram um ginásio gigante aqui perto de casa, dava para fazer muita coisa para as crianças, mas não fazem nada lá. Só jogaram verba pública, é muito difícil ver aquele lugar ser usado*", relatando que o uso do espaço não está sendo feito. A entrevistada também dá ênfase a ideia de que esse espaço poderia ser utilizado para implementação de projetos que visem contribuir para a comunidade de forma geral, como: construção de atividades para os jovens, incentivo a práticas educativas e etc. Todavia, ela não vê iniciativa de nenhuma instituição, nem o município, muito menos a universidade que se encontra ao lado do bairro.

Por fim, quando questionados acerca da função da universidade no combate das desigualdades existentes no seu entorno, majoritariamente, as respostas foram em direção da ideia de que a universidade funciona como uma espécie de "alavanca social". Ou seja, o papel da universidade, por essa ótica, é de auxiliar diretamente os estudantes

de baixa renda a conseguirem buscar uma vida mais digna e uma remuneração relativamente significativa.

Percebe-se isso em relatos como *"a FURG assim com as outras universidades federais ela ajuda a tirar pessoas como eu que venham da classe baixa ajuda a tirar ela da classe baixa e colocar ela numa classe superior entre aspas"*, *"Olha, a universidade para mim é tipo uma alavanca para eu conseguir saltar longe, é um estilingue para eu saltar longe"*.

Não obstante, refletindo acerca dessa premissa, a universidade funciona sim como uma espécie de alavanca social e, através da extensão, esse processo poderia romper o contato que existe somente com os moradores do entorno que estudam na FURG, alcançando outros indivíduos que não ingressaram na universidade, mas poderiam receber a parceria da instituição em outras questões essenciais para a população. Dessa forma, através desse diálogo pautada na ideia extensionista, a universidade iria cumprir com seu papel social, mudando o paradigma de detentora do conhecimento, passando a aplicar esses estudos não na comunidade, e sim com a comunidade, contribuindo diretamente para a existência de um território da esperança.

3.3 PROJETOS DE EXTENSÃO DA FURG NO ENTORNO

Desse modo, levando em consideração as premissas levantadas no subcapítulo anterior, resta-nos abordar os projetos de extensão da universidade com a finalidade de analisar se, efetivamente, a universidade está atendendo as demandas dos bairros que habitam o seu entorno. Nesse sentido, primeiramente, é importante destacar que devido a um problema que existe no sistema responsável por filtrar os projetos de extensão da FURG, não foi possível analisar os projetos de extensão da universidade nos anos de 2018, 2019 e 2020. Portanto, como só foi possível acessar o banco de dados antigo do sistema responsável por armazenar os projetos de extensão, limitamo-nos aos projetos que ocorreram no ano de 2017.

Nessa perspectiva, no ano de 2017, encontrou-se 327 projetos de extensão realizados na FURG. Todavia, como nos interessa a relação da universidade com o seu entorno, optou-se por filtrar esses dados utilizando os nomes dos bairros abordados nessa pesquisa como forma de encontrar os projetos que estavam sendo feitos nesses bairros. Porém, como o sistema é antigo, esse filtro não funcionou. Então, optou-se por olhar um projeto de cada vez para ver se esses atendiam as demandas das comunidades do entorno. Desse modo, durante a análise, percebeu-se que somente um

projeto citava o bairro Castelo Branco I. Em contrapartida, existiam projetos que abordavam no seu público alvo o termo "comunidade", "comunidade geral". Teoricamente, esses projetos também abarcam os bairros que estão sendo abordados nessa pesquisa, então também levou-os em consideração.

No entanto, é importante destacar que desses projetos supramencionados, apenas 20² mencionavam os temas referidos anteriormente. Além disso, mesmo que esses projetos mencionem a comunidade ou a comunidade em geral, isso não significa que contemplam as demandas do entorno. De fato, desses 20 projetos, foram elencados seis por apresentarem maior potencial de atender alguma demanda das comunidades do entorno e destacaram diferentes unidades da FURG. Posto isso, optou-se por analisar aqueles projeto que, de alguma forma, impactam/ou poderiam impactar as comunidades do entorno, indo de encontro com as questões abordadas no subcapítulo anterior.

Nesse sentido, o primeiro projeto que menciona a comunidade em geral e atende as demandas do entorno foi feito pelo Instituto de Ciências Humanas e da Informação e chama-se "Horta solidária: alimento saudável". Esse projeto de extensão possui como objetivo a ideia de discutir questões atreladas a alimentação saudável, bem como os processos que são envolvidos no cultivo, socializando o trabalho e mantendo o convívio direto. Esse projeto foi implementando em diversas escolas do município, vale ressaltar.

O segundo projeto de extensão que atende as demandas do entorno foi criado pela Escola de Engenharia da FURG, e chama-se "Serviço de Assistência à construção Civil". De fato, esse projeto menciona em seu público alvo a comunidade em geral com algumas especificações, como comunidades que possuem benefícios de assistência judiciária gratuita. Além disso, esse projeto possui como objetivo prestar assistência à Construção Civil, através da extensão, promovendo ações em complemento às políticas públicas na área de edificação e interesse social, alinhando-se estreitamente com os princípios constitucionais que asseguram a dignidade da pessoa humana em função social da propriedade.

² "Oficina de Software Livre", "Curso: Cooperativismo e os Movimentos Sociais", "NAF na 44ª Feira do Livro da FURG", "Literatura: leituras, escrita e ensino 2017", "Horta Solidária: alimento saudável", "Serviço de Assistência à Construção Civil", "Conhecendo o Brasil na Antártica", "Literarte: literatura em movimento", "Mulheres ao Sul: Vozes da resistência", "Dança no Bairro Castelo Branco", "Academia ao ar livre: lazer e saúde para a comunidade", "ExperimenTEXTOS", "Ginástica para a comunidade", "NEAL - Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas", "TRATE - Projeto de popularização de tecnologias de tratamento de resíduos sólidos orgânicos", "EJA em Prosa e Chimarrão", "Mapeamento e redes das ações ou projetos culturais existentes na Universidade Federal do Rio Grande - FURG", "Arvoreteca: incentivando a leitura", "Capoeira na FURG", "Conversando sobre Infância e Família".

Não obstante, é fundamental enfatizar que os bairros que se encontram no entorno da FURG, de acordo com os dados do último Censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são os bairros que possuem as menores rendas do município, variando entre uma média de R\$295 à R\$842. Destarte, ao caminhar pelos bairros do entorno, percebe-se que existem muitas casas construídas com matérias foram encontrados ou doados aos moradores das comunidades. Ou seja, esse projeto, possui grande potencial no combate a mitigação dessas desigualdades. O direito à moradia é, praticamente, sinônimo de dignidade.

O terceiro projeto de extensão analisado chama-se "Dança no Bairro Castelo Branco". De fato, esse foi o único projeto que mencionava como público alvo, especificamente um dos bairros do entorno da universidade abordados nessa pesquisa. O projeto foi criado pelo Instituto de Educação e possui como objetivo levar movimentos de lazer e descontração para as pessoas que vivem na Castelo Branco por meio da dança. além de promover a socialização e o bem estar desses indivíduos, possibilitando uma melhora na qualidade de vida através dos exercícios. De fato, esse projeto possui um grande potencial de mediar a comunicação entre a universidade e os jovens que moram no entorno da universidade, mostrando que é possível territorializar a universidade.

O quarto projeto chama-se "Academia ao ar livre: lazer e saúde para a comunidade". Esse projeto foi criado pelo Instituto de educação, e possui como público alvo a comunidade em geral. O objetivo desse projeto é incentivar as pessoas a praticar exercícios físicos, ensinar os movimentos corretos, bem como demonstrar a importância das atividades físicas no cotidiano das pessoas. No entanto, apesar da proposta de levar lazer a comunidade do entorno, o projeto não menciona a existência de uma academia ao ar livre nos bairros abordados nessa pesquisa. Todavia, é uma proposta a ser levada em consideração visto que o impacto dela poderia ser positivo para as comunidades do entorno.

O quinto projeto, na especificação do seu público alvo, menciona as "pessoas da comunidade do entorno da FURG - Campus Carreiros". Esse projeto foi elaborado pelo Instituto de Educação e é intitulado de "Ginástica para a Comunidade". Esse é outro projeto que foi pensado em relação a saúde das populações que habitam o entorno da universidade. Nesse sentido, é importante salientar que esse projeto ocorre a mais de 20 anos na FURG.

Além disso, o projeto possui o objetivo de desenvolver atividades corporais vinculadas às práticas de ginástica (aeróbica, dança, alongamentos, caminhadas e etc.), junto com à comunidade que habita o entorno da universidade. Ou seja, a proposta base do projeto é proporcionar um espaço de socialização entre as comunidades externas da universidade e a interna (permitindo o processo de comunicação entre essas duas realidades), além de proporcionar conhecimento acerca do próprio corpo, incentivando um estilo de vida mais ativo. O local utilizado para a atividade é o Centro Esportivo da FURG.

O sexto projeto que menciona as comunidades do entorno da universidade e que atende as demandas dessas comunidades foi criado pelo Instituto de Educação e chama-se "Capoeira na FURG". Esse projeto possui como objetivo principal organizar atividades de capoeira com as crianças e os adolescentes que residem no entorno da FURG - Campus Carreiros. Nesse sentido, as atividades do projeto são orientadas por uma docente e mais duas alunas que fazem parte do quadro de discente do curso de Educação Física, licenciatura. Em vista disso, o projeto visa proporcionar aos jovens que residem nas comunidades do entorno a vivência do esporte, além de fomentar o desenvolvimento corporal das crianças e dos adolescentes.

Dessa maneira, além de aproximar esses jovens de uma prática que é considerada patrimônio cultural desde 15 de junho de 2009 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), esse projeto visa proporcionar um espaço para os jovens das comunidades frequentarem em seu tempo livre. A existência de projetos voltados a esse público é essencial ao que se refere ao combate das desigualdades, uma vez que, ao estarem nesse espaço, os jovens passam a perceber-se como parte da universidade, e não meros atores que habitam o entorno da instituição. Por fim, vale ressaltar que as aulas desse projeto de extensão ocorriam também no Centro Esportivo da FURG.

Portanto, a partir dos dados analisados, entende-se que grande parte dos projetos de extensão que foram/estão sendo feitos na FURG não atendem as demandas dos bairros do entorno. De acordo com Boaventura Santos (1999), durante muito tempo, a universidade pública ocupou-se de um papel de excelência da produção de conhecimentos científicos, com pouca responsabilidade social.

No entanto, a reivindicação da responsabilidade social da universidade, que outrora resumia-se a meras ligações com a indústria, agora, deve manter raízes profundas com o seu entorno, visando auxiliar determinados grupos sociais sem antagonizar outros. Dessa maneira, pode-se inferir que, embora somente seis projetos

dos 327 no ano de 2017 claramente atendam as demandas da comunidade, isso não é um sinal de que a extensão está sendo feita de uma forma falha. Pelo contrário, esses projetos mostram que, ao direcionar a ideia de fazer extensão com a comunidade ao público alvo certo, o diálogo entre universidade e a comunidade pode ocorrer, efetivamente.

Além disso, os currículos das graduações da FURG estão passando por um processo de transformação, a chamada “curricularização da extensão”. Como a extensão acabará tornando-se obrigatória nos cursos da graduação, talvez essa seja a chance de estabelecer esse diálogo entre a comunidade e a universidade. Assim sendo, a universidade poderá assumir sua função social, contribuindo com as comunidades que habitam o seu entorno. A extensão universitária, portanto, possui um papel fundamental no tange o estabelecimento do diálogo com o entorno que habita a universidade, em distintas escalas, como mostra-se no próximo capítulo.

4. AÇÕES EXTENSIONISTAS E A MULTITERRITORIALIDADE

Para entender a extensão universitária, do território à multiterritorialidade, optou-se por analisar os projetos de extensão que ocorrem no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC). Visto que a instituição se encontra dentro do território FURG e é frequentada por sujeitos pertencentes aos territórios do entorno da universidade.

O CAIC, devido as suas especificidades, direta e indiretamente, permite a presença do entorno dentro da universidade e a universidade, por consequência, se expande ao entorno. Posto isso, no subcapítulo “*DO TERRITÓRIO À MULTITERRITORIALIDADE*”, discute-se o conceito de território, territorialidade, territorialização e multiterritorialidade.

Durante a trajetória das ciências humanas, diversos autores debruçaram-se sobre esses conceitos. Todavia, o presente trabalho irá abordar dois autores os quais entendemos como essenciais para a compreensão das relações de poder da FURG com seu entorno, sendo esses: o geógrafo suíço Claude Raffestin (1993) e o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2016).

A partir dessa discussão, analisa-se no subcapítulo “*EXTENSÃO NO CAIC: UM NOVO PARADIGMA PARA O TERRITÓRIO*”, os projetos de extensão que foram feitos pela instituição e que possibilitam a construção de um novo paradigma territorial, através das ações extensionistas construídas e parceria com a FURG na escola. Dessa forma, esse capítulo busca atender ao objetivo de “*avaliar a relação da FURG com a comunidade do entorno a partir de um estudo de caso*”.

4.1 DO TERRITÓRIO À MULTITERRITORIALIDADE

Para compreendermos a relação da FURG com seu entorno é necessário, primordialmente, discutir o conceito de território e os diversos processos que o abrangem. Nesse sentido, Haesbaert (2016), em uma síntese sobre as várias noções de território, classificou essas noções em três vertentes — básicas conforme o autor. A primeira é a política, pautada nas relações espaço-poder, ou jurídico-política, relativas às relações de espaço-poder institucionalizadas, sendo a mais difundida, onde o território é percebido com um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce o poder político do Estado (na maioria das vezes, mas não exclusivamente).

A segunda, dita como cultural ou simbólico-cultural, pautada na priorização da dimensão simbólica e mais subjetiva, na qual o território é considerado, especialmente, como um produto de apropriação (ou valorização) simbólica de um determinado grupo em relação ao espaço em que vive. E a terceira, compreendida como econômica — menos difundida, segundo o autor —, que foca na dimensão espacial das relações econômicas, compreendendo o território como fonte de recursos, findado no embate entre as classes sociais levando em consideração a relação capital-trabalho como consequência da divisão territorial (HAESBAERT, 2016). Dessa forma, levando em consideração que a FURG é uma instituição pública e, de certa forma, estabelece uma relação de poder com seu entorno, basear-nos-iremos no presente trabalho na noção política de território.

Dessa forma, primeiramente, é fundamental destacar que o espaço e o território não são sinônimos e não possuem equivalências. Nesse sentido, compreende-se, portanto, que o espaço antecede o território. O território, por sua vez, forma-se a partir do espaço, sendo resultado de uma ação exercida por um ator sintagmático (em qualquer nível ao apropriar-se de um espaço, concreto ou abstrato) o ator territorializa o espaço. Portanto, o território, nessa perspectiva, torna-se um espaço onde projetou-se um trabalho (energia ou informação) e que, por consequência, denota relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993).

Para Haesbaert (2016), o território define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais ou culturais — em sentido amplo — e ao contexto histórico que está entreposto. Nesse sentido, "toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma "produção territorial" que faz intervir tessitura, nó e rede" (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes proporcionam o domínio acerca daquilo que pode ser distribuído, possuído e/ou alocado, permitindo, então, instituir e condicionar uma ou diversas ordens, propiciando a integração e a coesão dos territórios (RAFFESTIN, 1993).

A distribuição dos indivíduos (ou grupos) em relação a ocupação do espaço, não necessariamente estabelecem uma ordem, podendo ser aleatórios, regulares ou concentrados, fatores estes ligados a distância. A distância, então, refere-se à interação entre diferentes locais, podendo ser uma interação política, social, econômica e cultural (RAFFESTIN, 1993). "Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território [...] esses sistemas

constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 151). O território, portanto, é objetivado por relações sociais, tanto de poder quanto de dominação, assentando-se na construção de malhas, nós e redes, demarcando áreas de ações e de poder nos mecanismos que organizam o território. Para Raffestin (1993), historicamente, os atores sociais exercem na distribuição da superfície terrestre, a inserção de nós e a formação de redes. Nessa perspectiva, esses atores implementam tessituras, mais ou menos delimitáveis, bem como territorialidades ligadas às dinâmicas políticas, econômicas e culturais. Dessa forma, para Raffestin o território é produto e meio de produção, sendo que as relações de poder se constituem como um elemento imprescindível à concretização de um território (1993). O território é um local de relações que se dão a partir da produção e apropriação do espaço, e, mesmo presentes, os nós, as tessituras e redes, podem dezoar de uma sociedade para outra e o que transforma-se e/ou fica inerte, para cada período e/ou momento e lugar, é a composição social, territorial e espacial. Sucintamente, o indivíduo vive suas relações (sociais), suas interações e relações de poder, distintas atividades cotidianas que se debruçam na produção de nós, malhas e redes. Compreendendo o território e a territorialidade como multidimensionais e intrínsecos à vida em sociedade. Manifestando em diversas escalas (sociais e espaciais, variando no tempo) a territorialidade (RAFFESTIN, 1993).

Um aspecto importante a ser lembrado neste debate é que, mais do que o território, a territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples "qualidade de ser território", é muitas vezes concebida em um sentido estrito a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2016, p 74).

De acordo com Raffestin (1993) a territorialidade é a soma das relações sociais mantidas por um sujeito com o seu meio, tratando-se de uma totalidade "de relações biossociais em interação" (p. 160). Para o autor, as relações que constituem a territorialidade "podem ser simétricas ou dissimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável de uma territorialidade instável" (1993, p. 161). Desse modo, a territorialidade é "constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade" (p. 161) na qual "tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação" (p. 161). Ainda em concordância com o autor, pensar a territorialidade como uma mera ligação com o espaço "seria fazer renascer um

determinismo sem interesse" (p. 161), pois "é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores"(p. 161). Portanto,

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a "face vivida" da "face agida" do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Em conformidade com Haesbaert (2016, p. 127), "muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle". Para o autor (2016), a desterritorialização está relacionada a distintas dimensões, sendo essas: econômica, política e a cultural. Nessa perspectiva,

desterritorialização, se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, nunca "total" ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT. 2016, p, 312).

A desterritorialização está associada a uma noção de território ao mesmo tempo como dominação político-econômica — sentido funcional — e no sentido simbólico relacionado a apropriação ou identificação cultural. Não obstante, Haesbaert (2016) reconhece que todo processo de desterritorialização associa-se a uma dinâmica de reterritorialização, havendo situações em que "apesar de "territorializados" no sentido funcional, mais concreto, podemos estar mais desterritorializados no sentido simbólico-cultural, e vice-versa" (2016, p. 313). Portanto, a exclusão como um processo de desterritorialização deve ser compreendida, também, nas suas múltiplas dimensões — simbólico-cultural e econômico-política.

A superposição entre exclusão social e desterritorialização "parte do pressuposto de que ambas as noções incorporam sempre um caráter social multidimensional, dinâmico e que deve ser geográfica e historicamente contextualizado" (HAESBAERT, 2016, p. 313). No mundo contemporâneo das territorialidades contínuas fundadas no princípio de exclusividade estaria, hodiernamente, cedendo espaço ao mundo das

múltiplas territorialidades conectadas de acordo com os interesses, lugar e o momento em que nos encontramos (HAESBAERT, 1997).

As relações de poder — poder em um sentido amplo — a apropriação do espaço se estende do mais concreto ao mais simbólico. “embora algumas noções, tomadas isoladamente, indiquem efetivamente uma visão simplista do território e da desterritorialização, cada uma delas carrega algum indicador daquilo que, de maneira muito genérica, podemos denominar territorialização” (HAESBAERT, 2016, p. 339). Logo, não há grupo social ou indivíduo sem território, sem relações de dominação e/ou apropriação do espaço, seja tanto de caráter material ou simbólico. Cada momento da história e todo contexto geográfico expõem seu modo de desterritorialização, ou seja, sua própria relação de apropriação/domínio do espaço, priorizando, portanto, determinadas dimensões do poder (HAESBAERT, 2016). Nessa lógica, antes de mais nada, “a multiescalaridade e a multidimensionalidade dos processos de desterritorialização estão associadas [...] aos sujeitos que os promovem, seja um indivíduo, um grupo ou classe social, ou ainda uma instituição” (HAESBAERT, 2016, p. 341). A desterritorialização em relação a sociedade é a coexistência desses sujeitos múltiplos, tornando-se fundamental levar em consideração as singularidades das ações de cada um deles (HAESBAERT, 2016). Com efeito, para Haesbaert,

mais do que de “território” unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num *continuum* que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2016, p. 341).

“Esta multiplicidade e/ou diversidade territorial em termos de dimensões sociais dinâmica (ritmos) e escalas resulta na justaposição ou convivência, lado a lado, de tipos territoriais distintos” (HAESBAERT, 2016, p 343). A multiterritorialidade — enquanto ação ou processo —, resulta na possibilidade de acessar/conectar diversos territórios através da mobilidade (tanto no sentido de deslocamento físico quanto “virtual”, esse, ligado a premissa de acessar distintas territorialidades com a ausência do deslocamento físico).

Portanto, levando em consideração que o processo de territorialização parte de pequenos grupos ou do nível individual, as relações sociais implicam, de fato, numa interação territorial, em uma intersecção entre distintos territórios. Dessa forma, a existência de uma multiterritorialidade — no sentido de vivenciar/experimentar concomitantemente diversos territórios — não é uma novidade. De certa forma, teríamos vivenciado, desde sempre, uma multiterritorialidade. A diferença principal, hoje, é que existem uma diversidade muito maior de territórios/territorialidades com as quais podemos interagir, “uma velocidade (ou facilidade via internet por exemplo) muito maior (e mais múltipla) de acesso e trânsito por essas territorialidades — elas próprias muito mais instáveis e móveis — e, dependendo de nossa condição social, também muito mais opções de desfazer e refazer” (HAESBAERT, 2016, p. 344), incessantemente essa multiterritorialidade.

4.2 EXTENSÃO NO CAIC: UM NOVO PARADIGMA PARA O TERRITÓRIO?

Inicialmente, para compreender a extensão no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, é necessário, antes, entender como funciona a instituição, o que constitui o CAIC. Historicamente, o CAIC surgiu nos anos de 1990, em um contexto que foi fortemente marcado pelo debate — em escala mundial — acerca da superação do grave cenário de exclusão social, política e econômica que assombrava os países ditos "subdesenvolvidos", aqueles pertencentes ao terceiro mundo (EVANGELISTA et al, 2000).

Nesse contexto histórico, o Brasil apresentava, entre um grupo de mais oito países, os maiores índices de analfabetismo e desigualdade social. Dessa forma, exigindo do Governo Federal medidas que tivessem como objetivo principal superar essas desigualdades, a situação de miserabilidade, ausência de escolarização e atendimento integral no que se refere ao acesso a educação e a saúde (EVANGELISTA et al, 2000).

Em vista disso, através de um projeto intitulado "Projeto Minha Gente", acabou surgindo no dia 14 de maio de 1991 os CIAC's (Centros Integrados de Apoio à Criança). Assim sendo, a ideia inicial era de fornecer, a través dessas instituições, o atendimento básico a saúde, educação, bem como assistência social de uma maneira integrada. Desse modo, no que tange o município de Rio Grande, a cidade foi contemplada com uma dessas instituições que se encontra contigua ao território da Universidade Federal

do Rio Grande, no Campus Carreiros. Não obstante, em Rio Grande, o CAIC deu início as suas atividades no ano de 1994.

À vista disso, é de suma importância enfatizar que o fato de ter sido construído junto ao território da FURG, essa questão possibilitou que o CAIC obtivesse uma estrutura de funcionamento adequada para a instituição, além de possibilitar propósitos e ideias que se diferiam das demais unidades CAIC's, possibilitando um troca no que tange a própria extensão dentro da universidade.

Ademais, cabe destacar que dentro dessa proposta, existe uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Rio Grande e a FURG. Em tese, essa parceria é responsável pela criação da Escola Municipal Cidade do Rio Grande, como também pela Unidade Básica de Saúde da Família, em uma parceria com a Secretaria de Município de Saúde que atua diretamente dentro da política do Sistema Único de Saúde.

Nessa lógica, o CAIC possui a finalidade, desde sua fundação, de atender a população que é formada pelos moradores que habitam o entorno da universidade, ou seja, os bairros abordados nessa pesquisa, como Castelo Branco I, Castelo Branco II, Cidade de Águeda, Vila Maria, e os demais adjacentes. Posto isso, desde o firmamento do convênio entre a FURG e a Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, organizou-se um plano de trabalho que, mesmo passando por algumas alterações ao longo desses 28 anos, ainda mantém-se operando ativamente. Ou seja, desde 1994, a partir da parceria supramencionada, o CAIC vem sendo utilizado, bem como sua estrutura, no intuito de fornecer esse atendimento de forma integrada por meio de um sistema de gestão compartilhada entre as instituições mencionadas.

Nesse sentido, o CAIC é uma unidade da FURG, sendo composto, também, pela Escola Municipal Cidade de Rio Grande e por uma Unidade Básica de Saúde da Família. O CAIC é uma junção de todas essas instituições citadas. Dessa forma, a direção do CAIC é indicada pela própria universidade, e os cargos de vice direção correm através de um processo de votação que ocorre diretamente no CAIC.

A posteriori, o CAIC que existia na década de 1990, mudou, crescendo. Hoje, passa a atender mais de 800 alunos, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos voltados no turno da noite. O posto que na década de 1990 era um ambulatório, atualmente atende aproximadamente três mil famílias que pertencem as comunidades do entorno da FURG. O CAIC, por sua vez, possui, também, um quadro de professores com cerca de 70 funcionários.

Nessa perspectiva, entendendo como funciona o processo de gestão do CAIC, torna-se possível compreender, melhor, como ocorre a extensão através dessa instituição de ensino, e, conseqüentemente, entender a coexistências desses territórios e a multiterritorialidade. Em vista disso, optou-se por focar em três projetos que o CAIC vem trabalhando com a comunidade e que ilustram esse movimento de territorialização.

No âmbito da extensão, o CAIC possui dois projetos que estão sendo difundidos após o retorno presencial das aulas, e que, algum deles, eram aplicados no período que antecedeu a pandemia da Covid-19.

Durante a entrevista feita com a coordenadora de estágios e projetos do CAIC, pode-se perceber que a pandemia da Covid-19 teve um impacto significativo nos projetos da escola, bem como no contato dos alunos com a instituição. No entanto, o objetivo do CAIC durante o processo de isolamento social, levando em consideração o cenário política que se encontrava, focou-se no objetivo de manter o vínculo com os alunos, um vínculo fundamental para formação desses jovens que residem no entorno da universidade.

Como esses jovens encontram-se nos bairros mais segregados do município de Rio Grande, grande parte dos alunos não possuíam computadores para acessar um ambiente virtual de aprendizagem. Levando isso em consideração, optou-se por utilizar-se o WhatsApp como feramente que manteria o vínculo entre a escola e os alunos. É indispensável, portanto, entender esse cenário, visto que essa dinâmica influenciou em alguns projetos de extensão do CAIC.

Os projetos de extensão do CAIC que são propostos pelos servidores partem de um olhar voltado a realidade social que a escola possui contato. Em síntese, são propostas que o quadro de funcionários do CAIC compreende que atendem as necessidades, ou buscam atender as necessidades sociais presentes na vida, no cotidiano das famílias. Além disso, a Escola atende uma comunidade extremamente vulnerável, em situação de risco pessoal e social, também. Pessoas que muitas vezes são atingidas por diversas situações de saúde mental, pessoal e física, onde perduram doenças que não deveriam perdurar, mas por dificuldade de acesso a garantia de direito à saúde, acabam passando por essas problemáticas.

As famílias atendidas pela escola também passam por outras situações, como a violência. Famílias em situação de violência física, violência social e violência institucional, ou seja, violência política. Famílias que vivem em situação de extrema pobreza, que não possuem, às vezes, documentos que os caracterizam como "cidadão".

Adultos e crianças sem Registro Geral (RG), crianças sem Certidão de Nascimento, documentos básicos para acessar qualquer espaço público ou garantir qualquer direito, sendo invisibilizados na sua cidadania. "*Então, além da situação da violência que marcam os corpos, uma situação de violência social aguda e cíclica, infelizmente. Famílias que vivem abaixo de ¼ de salário mínimo, a maioria vive em estado de extrema pobreza*", relata a entrevistada

Nessas famílias, muitos são tarefeiros, catadores de materiais recicláveis, autônomos, sem garantias de direitos. Aponta a diretora entrevistada a "*situação de prostituição, envolvimento com o tráfico de drogas e/ou uso de drogas, enfim, uma comunidade invisibilizada pelo poder público. A gente lida aqui com toda a zona oeste, alguns mais presentes são a Castello I, Castelo II, Cidade Águeda, Cibrazem, Vila Maria, Vila São Miguel, Vila São Jorge, Vila Maria dos Anjos*

Levando esse cenário em consideração, um dos projetos de extensão que visa encarar de frente essa realidade, é o projeto intitulado de **Acreditar e Investir**. De acordo com a entrevista feita com a coordenadora de estágios e projetos do CAIC, o projeto Acreditar e investir ocorre há um tempo significativo. Pode-se encontrar, no próprio site da FURG, na aba "notícias", uma matéria publicada no dia 06/05/2008³. Nessa matéria, existe um trecho no qual o ex-diretor do CAIC, André Lemes, explica que esse projeto começou no ano de 1997, com as assistentes sociais Maria Emilia, diretoria do CAIC na época, e Darlene Torrada, pró-reitora da FURG em 2008. Ainda nesse trecho, há uma menção de que no ano de 2008, 90 estudantes da escola inscreveram-se para participar do processo seletivo do projeto de extensão, sendo que desses, 15 foram selecionadas para receber a bolsa-trabalho.

Assim sendo, em direção com o que foi informado pela coordenadora, encontrou-se no blog do CAIC⁴ o edital desse projeto datado do dia 19 de março de 2012. Na época, a coordenadora do projeto era a Débora do Amaral Sotter. Pode-se perceber, pelas falas da coordenadora de projetos e estágios do CAIC, e pela matéria de 2008, que os objetivos do projeto e o público alvo continuam os mesmos. O projeto possui como público os alunos com idade entre os 14 e 18 anos, ou que estejam cursando o nono ano do Ensino Fundamental, que não possuam nenhuma reprovação referente ao ano que antecede o edital, além de cobrar frequência constante nas aulas, ou seja, não possuir faltas sem justificativa.

³ Acesso da matéria <<https://www.furg.br/noticias/noticias-arquivo/furg-13062>>

⁴ Acesso ao blog do CAIC <caicriogrande.blogspot.com>.

Esse projeto ocorre por meio de um custeio da FURG, no qual esse montante é destinado, geralmente a 20 ou 25 estudantes do CAIC. Esse número pode sofrer alterações dependendo do período em que o projeto inicia. Durante a pandemia, esse projeto foi afetado visto que não pode ser colocado em prática, levando em consideração o modo como o projeto funciona.

Posto isso, a ideia do projeto é auxiliar os discentes do CAIC, dos anos finais do Ensino Fundamental, do turno da manhã, e os estudantes da EJA, do turno da noite a pensar o trabalho. Então, por meio de um custeio da FURG, os alunos recebem, aproximadamente, R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) para exercerem diversas atividades do mundo do trabalho, tanto dentro do próprio CAIC quanto em setores da própria FURG. No que tange o CAIC, os bolsistas trabalham na sala da extensão, na vice-direção, na secretaria, no laboratório de informática, na biblioteca da escola, na portaria, na zeladoria e na educação infantil, no turno da tarde (séries iniciais). Em especial no setor da educação infantil, predomina o trabalho de alunas, auxiliando como suportes, como uma espécie de monitoras para os professores.

No que se refere os setores da FURG, os parceiros são a Secretaria de Comunicação (Secom), a Pró-reitora de Infraestrutura (PROINFRA), a Biblioteca Central da Universidade, a Diretoria de Extensão (DIEX) e a Pró-reitora de Assuntos Estudantis (PRAE). Em síntese, o projeto Acredita e Investir propõem-se, além de apresentar o mundo do trabalho, a auxiliar os alunos a trabalhar questões de identidade, pertencimento e viabilizar conversas acerca das relações de trabalho, mostrando alternativas futuras para os alunos.

De acordo com a entrevista semiestruturada feita tanto com a diretora do CAIC, quanto com a coordenadora de projetos e estágios, constatou-se que em função do público que a escola atende, os alunos possuem dificuldades em enxergar novas perspectivas. Essas famílias que moram nos bairros do entorno, nos bairros segregados e periféricos, nas zonas vulneráveis do município, acabam carregando um estigma mediante a sociedade, o estigma de marginais. Muitas vezes carregam esse estigma pelo olhar da sociedade que contribui diretamente para a segregação dessa população.

Em vista disso, devido a esse estigma, percebe-se que os alunos, após concluir o nono ano, tomam duas decisões: ou casam e constituem família e seguem suas vidas, ou entram para a criminalidade, e abandonam os estudos. De fato, de acordo com o relato de uma das entrevistadas, é como se os alunos não se permitissem a enxergar outra alternativa, uma vez que, devido as condições de existência impostas a eles, o que

resta é uma visão extremamente limitada do mundo. Desse modo, esse processo de exclusão, torna-se responsável, também, segregando ainda mais essas populações.

Com o intuito de combater essa questão, o projeto Acreditar e Investir, através de roda conversas, grupos de discussão, aproxima os alunos de outras realidades, a do mundo do trabalho, da cooperação. O projeto consegue trazer outra visão de mundo para os discentes, e, descobrindo outras possibilidades, a cada passo que dão, estão mais próximos de conseguir reverter esse cenário imposto pela sociedade, uma vez que, de acordo com a entrevistada, "*isso é extensão, nada vem pronto, a gente constrói junto com eles e com as famílias*".

Outro projeto de extensão do CAIC que contribui diretamente para as populações do entorno, chama-se **Repensando a Prática Pedagógica**. Esse projeto é um dos mais antigos do CAIC que deu início a formação pedagógica de toda a rede municipal de Rio Grande. Esse projeto iniciou-se junto com a fundação do CAIC, no ano de 1994, e ocorre a cada dois anos. O objetivo do projeto é conhecer e qualificar as ações que são desenvolvidas no campo da Educação Básica, além de discutir os principais desafios e potencialidades da Escola Pública na atualidade, no que tange as desigualdades sociais presentes no cotidiano. Através desse projeto, o CAIC tem apostado na Formação Continuada como espaço/tempo de fortalecimento das ações da Escola em prol das comunidades mais vulneráveis e segregadas.

Os encontros que ocorrem a cada dois anos constituem-se como momentos de trocas de experiências e vivências. Em síntese, é um espaço de formação, que visa garantir a ação-reflexão-ação e a problematização sobre os caminhos que a escola pública precisa trilhar no século XXI, servindo como uma ferramenta na construção de um mundo mais solidário e justo do ponto de vista social.

Em uma busca feita no <<http://sigproj.ufrj.br/>> encontrou-se algumas versões desse projeto nas seguintes datas: 2011, 2013, 2015 e 2017. No ano de 2011, a coordenadora do projeto era Leonice Chaves Vieira, no ano de 2013 a coordenação do projeto passou para Janaina Amorim Noguez, no ano de 2015 e 2017 a coordenação do projeto passou para Maria de Fátima Santos da Silva.

Nesse projeto, hoje, de acordo com a coordenadora de estágios e projetos do CAIC, participam, também, duas alunas (estagiárias do CAIC) da graduação da FURG, uma das letras e outra da psicologia, ambas ex-alunas do CAIC e moradoras do entorno da universidade. Portanto, discentes que voltaram à escola na qual cursaram seu ensino fundamental com a finalidade de contribuir com os novos alunos. De acordo com a

coordenadora de estágios e projetos do CAIC, desde o ano de 2019, existe "*uma parceria com o curso de psicologia, através de um estágio voltado a psicologia social, que também ocorre no ambiente escolar. Então fizemos essa parceria para os estagiários poderem viver tudo que a escola proporciona, e já auxiliam nessa questão da saúde mental dos alunos*".

Em síntese, o projeto Repensando a Prática pedagógica visa, através de um diálogo entre os servidores, estagiários e comunidade, pensar o modo de fazer a educação com os alunos do CAIC. Esse diálogo, majoritariamente, pautado na realidade que a escola vivencia no seu cotidiano, uma realidade de segregação, de vulnerabilidade. Dessa maneira, no fim de cada ano letivo, o CAIC, faz um grande seminário aberto ao público, tentando, na medida do possível, trazer pessoas de fora para palestrar. São confeccionadas salas de discussão, sempre na perspectiva de pensar e, como aponta a coordenadora de estágios e projetos de CAIC, "*repensar a prática pedagógica com a comunidade. Até por que são os filhos deles que estudam aqui né? então esse diálogo é extremamente importante*".

Em vista disso, durante a pandemia da Covid-19, o CAIC acabou criando um projeto de extensão que chama-se CAICFERIA⁵. Mediante ao cenário de dificuldade de acesso ao emprego, baixo poder de compra, os pais dos discentes do CAIC, moradores do entorno da universidade, começaram a criar produtos, como bolos, pães, salgadinhos e etc, com a finalidade de vender e conseguir alguma renda no final do mês.

Então, mediante a essa demanda, no período pandêmico, o CAIC criou uma página no Instagram com a finalidade de fazer a divulgação desses projetos e auxiliar os pais dos discentes naquele momento atípico. Nesse sentido, na conversa feita com a coordenadora de estágios e projetos do CAIC, descobriu-se que esse projeto, no ano de 2022, com o retorno presencial das atividades, irá ser responsável pela implementação de oficinas. Essa oficina, por sua vez, possui o objetivo de aprimorar os produtos vendidos pelos pais dos alunos, auxiliando em como tirar a foto do produto para venda, embalar, e etc. Ou seja, o CAIC analisou a demanda das populações do entorno, e criou um projeto que atendia essas demandas, trazendo essa população para o seu território.

Nesse ponto de vista, através da análise desses projetos, do modo como é feita a extensão, pode-se inferir que tanto o Acreditar e Investir, quanto o Repensando a

⁵ Sendo um projeto mais recente, foi obtido menos informações, mas queremos destacar pelo potencial popular dessa abordagem de extensão.

Prática pedagógica e o CAICFERIA, são projetos de extensão que possibilitam a multiterritorialidade. Nesse sentido, deve-se levar em consideração que a FURG, delimitada por seus muros, constitui-se como o território FURG. Retomando a concepção de território de acordo com o geógrafo Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, um resultado da ação que é exercida por um ator sintagmático, ao se apropriar de um determinado espaço, sendo esse concreto ou abstrato, em qualquer nível.

Desse modo, o território FURG, portanto, possui seus próprios atores sintagmáticos, seus códigos e ações, que constituem o território. Entende-se como atores sintagmáticos do território FURG os professores, os técnicos e os próprios estudantes, que, por meio de diversidade de ações expandem os princípios da extensão universitária proposta pela FURG para além de seus muros. Nesse sentido, a extensão universitária da FURG busca realizar em seu entorno um novo paradigma, no sentido de desconstituir o território das desigualdades, e contribuir com a constituição de um território de possibilidades.

Não obstante, coexistindo no entorno da universidade, existem outros territórios, com atores sintagmáticos, que constroem um paradigma territorial marcado pela desigualdade e violência. Como mencionada anteriormente, a população que habita o entorno da universidade é uma população segregada, vulnerável, que vivencia cotidianamente os impactos do capital e da desigualdade social. Esse território, no entanto, não deve ser compreendido como restrito a esses contextos de desigualdades. Resistem, sujeitos sociais que estabelecem ações para territorializar sintagmas de cooperação, de valorização da cultura local, de busca por oportunidades para os jovens..., e assim, estabelecer um novo paradigma para o território.

A presença dos atores sintagmáticos da FURG, como ocorre nos projetos citados do CAIC, somada aos atores que resistem no território parece possibilidade de construir um território de esperança. Para isso, se faz necessário superar os muros que delimita espacialmente, o território que pertence à universidade e o território do entorno. Assim, aproximar o território que durante muito tempo foi o território do “conhecimento”, dos territórios dos segregados, dos excluídos e dos vulneráveis.

Um exemplo, nesse sentido é o CAIC, com todas suas especificidades na gestão, com uma mescla de atores, pertencendo, ao mesmo tempo, ao território da FURG e da comunidade escolar. Seus alunos, são os atores que habitam o território do entorno da FURG, que possuem suas experiências na comunidade, e que com suas famílias

resistem aos contextos territoriais de desigualdade e violência. Quando esses sujeitos se fazem presentes no CAIC, vivenciam a multiterritorialidade. Trazem para a FURG o território de origem, se territorializam também na FURG, uma vez que o CAIC faz parte do território da FURG, a partir disso, ressignificam os seus territórios.

De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade é constituída por relações mediatizadas, sendo elas simétricas ou não, com o exterior, um processo de comunicação, de troca. Quando pensamos no projeto Acreditar e Investir, por exemplo, na medida em que os discentes bolsistas passam a ocupar os espaços da Secretaria de Comunicação (Secom), da Pró-reitora de Infraestrutura (PROINFRA), da Biblioteca Central da Universidade, da Diretoria de Extensão (DIEX) e da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), estão levando seus códigos do entorno para esses espaços, também levam, novos aprendizados e perspectivas de futuro para o território em que residem.

Também percepções de vidas distintas, hábitos distintos, vivências distintas, passam a coexistir. Outro exemplo que podemos analisar dessas questões é atrelado ao projeto Repensando a Prática Pedagógica. Na medida em que a comunidade — nesse caso os familiares dos discentes do CAIC —, deslocam-se até a escola, o mesmo processo ocorre. Quando as duas estagiárias, egressas do CAIC, hoje, estudantes da graduação da FURG, fazem esse movimento de existir no entorno e de adentrar o território FURG, ocorre a territorialização da comunidade no território da instituição. Em vista disso, levando em consideração que a territorialização (HAESBAERT, 2016) ocorre quando grupos distintos, ou indivíduos, através de relações sociais, por intermédio de uma interação territorial, uma intersecção entre territórios distintos, separados espacialmente, a existência da multiterritorialidade materializa-se.

Em suma, isso ocorre, uma vez que os estudantes do CAIC conseguem vivenciar e experimentar concomitantemente distintos territórios, na medida em que adentram o CAIC, vivem o território FURG e vivem o território do entorno. Essa multiterritorialidade, ganha força através da extensão universitária, visto que esses projetos viabilizam esse trânsito entre territórios, de experiências, de perspectivas de mundo. A extensão universitária, portanto, passa a funcionar como uma ponte que liga esses dois territórios: o território dos segregados, e o território das possibilidades da universidade, que para esses grupos foi negado historicamente. De acordo com Boaventura Santos (1999), durante um longo período, o sistema educacional reverberou de modo em que o princípio de igualdade e oportunidades era contraditório, contribuindo para o aprofundamento das

desigualdades sociais. Hoje, essa concepção deve ter — se já não possui — o efeito oposto.

A educação, através da extensão, levando em consideração os projetos do CAIC com o entorno, devem impactar positivamente na sociedade. De acordo com Haesbaert (2016), as territorialidades podem ser muito instáveis e móveis na contemporaneidade. Assim, dependendo da condição social e da intenção, a multiterritorialidade pode ser desfeita incessantemente, tudo irá depender de que modo os atores interagem com essa dinâmica. Nesse caso, a extensão fortalece esse processo de construção, a partir do intercâmbio de/em territórios distintos, de um território com melhores perspectivas de futuro.

5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa propôs-se a estudar as relações da Universidade Federal do Rio Grande com o seu entorno, através dos projetos de pesquisa, ensino e extensão. Além disso, focou-se em identificar, também, estratégias que devem ser tomadas referentes a essa relação, com a finalidade ampliar a presença da universidade na comunidade que reside no entorno, bem como a presença da comunidade na universidade, levando em consideração essa dialética.

Nesse sentido, através do objetivo específico “*sumarizar atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela FURG nos bairros do entorno*”, foi possível diagnosticar que da tríade que sustenta a universidade pública, a extensão foi a que se mostrou mais presente nas comunidades que habitam o entorno da FURG. Isso ocorre, uma vez que existe ausência de pesquisas que abordem essas comunidades segregadas e uma lacuna no que tange o próprio conhecimento da universidade em relação aos discentes do entorno que estudam na instituição.

Em relação ao objetivo específico *compreender estratégias de extensão como formas de potencializar a relação universidade-comunidade*, através das análises feitas, notou-se que a extensão possui um papel de destaque nessa questão. Através da extensão universitária, poder-se-á romper os muros que delimitam espacialmente o território FURG e o território do entorno. Em síntese, a extensão universitária da FURG é capaz de constituir um novo paradigma, no sentido de desestruturar o território das desigualdades, contribuindo diretamente para a reconstrução de um território das possibilidades.

Durante muito tempo, o sistema educacional operou de forma que existiu uma contradição entre os princípios de oportunidade de acesso e igualdade. Dessa maneira, contribuindo diretamente para o aprofundamento das desigualdades sociais. No entanto, através dos projetos extensionistas, a educação passa a cumprir outro papel: o de combater as desigualdades sociais originadas, também, por esse sistema. Logo, a atuação da universidade mostra-se fundamental nessa quebra de paradigma, possibilitando a construção de um território da esperança.

Por fim, no que se refere o objetivo específico “*avaliar a relação da FURG com a comunidade do entorno a partir de um estudo de caso*”, foi possível identificar que o CAIC é o elo que manteve — e mantém — os sujeitos que resistem no entorno, dentro do território FURG, evidenciando, no cotidiano, que seus territórios não devem ser compreendidos somente como o território das desigualdades. É a partir do CAIC que

esses atores pertencentes ao território dos segregados, passam a vivenciar a multiterritorialidade, e, a partir dessa movimentação de territorialização, conseguem enxergar novas possibilidades que até então lhes eram ocultadas.

Esses sujeitos que habitam o território marcado pelo paradigma da desigualdade e da violência, por meio da ação extensionista, passam a ser resistência, estabelecendo ações que territorializam sintagmas que transcendem a concepção adotada pela sociedade, valorizando, portanto, sua cultura local, mostrando o espírito cooperativista, buscando novas possibilidades e estabelecendo um novo paradigma territorial, evidenciando que as ações extensionistas, junto com a educação, possui a capacidade de levar a transformação social.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre, et al. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. Sesc São Paulo, 2016

ABDAL, Alexandre, et al. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo**. Sesc São Paulo, 2016.

BALDONI, Verena Schmidt. **Universidade sem fronteiras: parque linear como estratégia de planejamento socioambiental**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

BRASIL, FURG. **Resolução Nº 027/2015**, dispõe sobre a política de extensão. Disponível em: <https://proexc.furg.br/images/Politica_de_Extensao_da_FURG.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out 1988. Disponível em: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020**, publicado em 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt, PEREIRA, Adriana Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**. v. 10 n. 10, São Paulo, setembro de 2007.

CARDOSO, Eliana Salum. **A luta pela moradia em Rio Grande: o movimento dos Sem-Teto e a construção do bairro Castelo Branco II**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Geografia - Bacharelado) - Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande/RS, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO: A BUSCA DE UMA RELAÇÃO VIRTUOSA. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, Especial - Out. 2004.

DOMINGOS, Suzane Carvalho. **Ambientes de lazer no bairro Castelo Branco II- Rio Grande-RS: o que dizem as crianças**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.

GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, 1º sem. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 396 p.

JEZINE, Edneide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. **Anais** do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

MAIER, Suellen Rodrigues de Oliveira, MATTOS, Magda. **O trabalhar e o estudar no contexto universitário**: uma abordagem com trabalhadores-estudantes. Santa Maria, v. 42, n.1, p. 179-185, jan./jun. 2016.

MANZINI, Eduardo J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**: São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

PAULA, Cristiano Quaresma. A EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DE SUJEITOS HISTORICAMENTE INVISIBILIZADOS NA PESQUISA GEOGRÁFICA. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia** (Anpege).p.39-70, V.14, n.25, ago./out. 2018.

PAULA, João Antonio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces** - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

PINHEIRO, Maria Terezinha Gama. **Vilas circundantes: ocupação, problemas preocupantes e emergenciais**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências humanas e da Informação, Rio Grande/Rs, 1992

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, William Martins. **A formação do loteamento Cidade de Águeda no município do Rio Grande - RS**. Trabalho de Conclusão de curso (graduação em Geografia - Licenciatura) - Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande / RS, 2010.

SAN MARTIN, Maristel Coelho. **As transformações espaciais ocorridas na "Vila Maria" a partir da implantação do polo naval (2005/2013)**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Geografia - Licenciatura) - Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande/RS, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. O social e o Político na Pós-Modernidade. Bibliotecas das Ciências do Homem/Sociologia, Epistemologia/18. 7ª edição, junho de 1999.

SANTOS, Nara Nilceia da Silva. **As relações sociais dos moradores da vila Marluz não-legalizada Rio Grande (RS)** / Nara Nilceia da Silva Santos. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Geografia - Bacharelado) - Universidade Federal do Rio Grande, Departamento de Geociências, Rio Grande/RS, 1994.

SHIROMA, Eneida Oto. MARCONDES, Maria Cecília. EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SLEUTJES, Maria Helena Silva Costa. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. **RAP-Rio** de Janeiro p. 99-111. Mllio/JUN. 1999.

SOUZA, Daniele Cristina. O POSITIVISMO DE AUGUSTE COMTE E A EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NO CENÁRIO BRASILEIRO. **Revista REAMEC**, Cuiabá (MT), v. 8, n. 1, p. 29-42, janeiro-abril, 2020.